



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LORRANY CONCEIÇÃO DIAS

**O PAPEL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS.**

Tocantinópolis/TO
2023

LORRANY CONCEIÇÃO DIAS

**O PAPEL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS.**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profa Dra Lisiane Costa Claro.

Tocantinópolis/TO
2023

<https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D541◆ Dias, Lorrany Conceição.

“O papel pedagógico no âmbito da assistência estudantil para a permanência na Universidade Federal Do Norte do Tocantins”. / Lorrany Conceição Dias. – Tocantinópolis, TO, 2023.

64 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2023.

Orientadora : Lisiane Costa Claro

1. Apoio Pedagógico . 2. Assistência Estudantil. 3. Ações Afirmativas. 4. Auxílio. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LORRANY CONCEIÇÃO DIAS

**O PAPEL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS.**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Tocantinópolis, 2023

Dedico este trabalho a minha avó Almerinda Carvalho Dias que já não se encontra comigo, mas que me ensinou o sinónimo de compaixão e ao meu avô Salvador Francisco Dias que continuamente me faz perceber que a família é o melhor porto seguro, obrigado por tudo! E não poderia deixar de dedicar este trabalho também ao amor da minha vida, minha sobrinha Anna Laura.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me sustentado durante toda a trajetória do meu curso, que não foi nada fácil, secundamente aos meus pais, por me encorajarem a lutar pelos meus sonhos. Agradeço às minhas duas irmãs, Taylane e Lucivânia, pelas conversas, conselhos e por sempre me falarem que tudo iria dar certo. Obrigado vocês foram meu alicerce.

Gratidão às minhas amigas Yasmin e Poliene por me alegrarem todos os dias e por dividirem a vida comigo, se fazendo presente em todos os momentos e me motivando a seguir, sem vocês não teria chegado aqui, obrigado por todo conhecimento e por toda ajuda durante esses 5 anos, tenham certeza que minha vida acadêmica foi mais feliz por ter vocês por perto.

Aos meus amigos de curso gratidão a todos, Cristiellen, Thalís, Cida, Marineide, Maria Karoline, vocês foram essenciais para tornar meus dias melhores, obrigado por todo conhecimento compartilhado. Quero agradecer ao meu esposo Jimmy, por todo apoio durante meu curso. Quero agradecer em especial à professora Dra. Arinalda Silva Locatelli, por ter sido um anjo na minha vida, por ter sempre me apoiado e por ter sido minha amiga, nossa amizade se estendeu aos muros da universidade e só tenho a agradecer, obrigado por todo conhecimento compartilhado e por sempre ter acreditado em mim.

Sou imensamente grata à professora Dra. Lisiane Costa Claro, agradeço a oportunidade de construirmos juntas este trabalho e os demais projetos. Obrigada pelas trocas, pelos momentos tão ricos de orientação e também pelas palavras reconfortantes que me fizeram chegar até aqui. Gratidão por tudo, não poderia ter escolhido melhor orientadora, obrigado por sempre ter acreditado em mim, até quando eu mesma não acreditava.

Por fim, ressalto a importância da Assistência Estudantil dentro das Universidades Públicas Federais no país. Agradeço em especial a todos os professores e equipe da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) por ter tornado possível o sonho de me graduar em Pedagogia.

RESUMO

Este trabalho trata da Assistência Estudantil nas Instituições de Ensino Superior, destacando a relevância de suas políticas públicas e reconhecendo as ações afirmativas no que se refere a garantia e permanência dos discentes no meio acadêmico. Ao evidenciar a importância do trabalho pedagógico no setor responsável nas universidades públicas federais e o papel do pedagogo neste âmbito, a pesquisa tem como objetivo investigar como é realizada a atuação pedagógica na Assistência Estudantil da UFNT. Para tanto, a presente pesquisa de abordagem qualitativa, sustenta-se em um levantamento bibliográfico, com revisão de literatura, na análise de documentos institucionais que constituem a fundamentação e instrumentalização das políticas de Assistência Estudantil e de ações afirmativas no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins, além da utilização de um questionário aos discentes e entrevista com o profissional pedagogo do Campus de Tocantinópolis que atua o Setor de Assistência Estudantil. Como resultados, apresenta-se que a Assistência Estudantil teve um grande avanço no decorrer dos anos, deslocando suas ações de um público elitizado para um público com vulnerabilidade socioeconômica, e, neste processo, a atuação do pedagogo se torna fundamental na composição de uma equipe multidisciplinar no setor das Universidades. Entende-se que a atuação pedagógica dentro das Instituições de Ensino Superior com vistas ao acesso e permanência estudantil, é fundamental em um país com profundas marcas de desigualdade como o Brasil, mas que não pode ser considerada a única solução para questões estruturais presentes na sociedade e tampouco ser responsabilizada isoladamente dentro de um projeto universitário. Compreende-se a importância das políticas de Assistência Estudantil e das ações afirmativas e o acompanhamento atribuídos ao Setor pedagógico, além dos auxílios advindos da Assistência Estudantil, que são elementos fundamentais para que os alunos concluam sua formação. Não obstante, fica evidente a necessidade de uma construção coletiva e com a participação efetiva estudantil de uma política institucional que corresponda às demandas da Universidade Federal do Norte do Tocantins e que atualize as resoluções e programas efetivos na instituição que ainda está em processo de emancipação em seus primeiros anos de vida.

Palavras-chaves: Assistência Estudantil. Ações Afirmativas. Apoio Pedagógico. Auxílio

ABSTRACT

This work deals with Student Assistance in Higher Education Institutions, highlighting the relevance of Student Assistance policies and recognizing affirmative actions regarding the guarantee and permanence of students in the academic environment, especially highlighting the importance of pedagogical work in the sector responsible for federal public universities and the role of the pedagogue. Therefore, this qualitative research is based on a bibliographical survey, with a literature review, on the analysis of institutional documents that constitute the foundation and instrumentalization of Student Assistance policies and affirmative actions within the scope of the Federal University of the North. do Tocantins, in addition to the use of a questionnaire to the students and an interview with the professional pedagogue of the Tocantinópolis Campus who works in the Student Assistance Sector. As a result, it is shown that Student Assistance has made great progress over the years, shifting its actions from an elite public to a public with socioeconomic vulnerability, and, in this process, the role of the pedagogue becomes fundamental in the composition of a team multidisciplinary approach in the Universities sector. It is understood that the pedagogical performance within Higher Education Institutions, with a view to student access and permanence, is fundamental in a country with deep marks of inequality such as Brazil, but which cannot be considered the only solution for structural issues present in society. nor be held accountable in isolation within a university project. The importance of Student Assistance policies and affirmative actions and follow-up assigned to the Pedagogical Sector is understood, in addition to the assistance coming from Student Assistance, which are fundamental elements for students to complete their training. Nevertheless, it is evident the need for a collective construction and with effective student participation of an institutional policy that corresponds to the demands of the Federal University of Northern Tocantins and that updates the resolutions and effective programs in the institution that is still in the process of emancipation in his first years of life.

Key-words: Student Assistance. Affirmative Actions. Pedagogical Support. Aid

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
CAAP	Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico
CNE	Conselho Nacional de Educação
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento de Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GEPHEA	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
P.Digital	Programa de Inclusão Digital
PAAP	Programa Auxílio Apoio Pedagógico
PADI	Programa de Apoio ao Discente Ingressante
PADIQ	Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas
PADU	Programa de Acesso Democrático Universitário
PAM	Programa Auxílio Moradia
PAP	Programa Auxílio Permanência
PIAPE	Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes
PIIP	Programa Institucional de Inovação Pedagógica
PL	Partido Liberal
PROEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quantidade de beneficiários.....	32
Figura 2: Auxílios disponíveis.....	32
Figura 3: Afirmação sobre o setor Apoio pedagógico.....	33
Figura 4: Visão estudantil sobre o apoio pedagógico.....	34
Figura 5: Afirmação sobre a contribuição do apoio pedagógico.....	35
Figura 6: Afirmação sobre o público alvo.....	35
Figura 7: Afirmação sobre a compreensão dos discentes sobre os serviços prestados pelo apoio pedagógico.....	37
Quadro 1: Programas que constituem a política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica da UFT	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	14
2.1. Procedimentos metodológicos: instrumentos e produção das informações.....	14
3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO CAMINHO DE ACESSO PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE	18
4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NA UFNT.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A.....	53
APÊNDICE B.....	58
APÊNDICE C.....	63

1. INTRODUÇÃO

É indiscutível que a Assistência Estudantil está fortemente presente dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e que cada vez mais os discentes necessitam fazer uso dos seus serviços prestados. Sabemos, por exemplo, que a transição do ensino médio para a graduação é um processo complexo que necessita de todo um aparato que deve ser pensado e viabilizado também pela própria instituição. Além disso, reconhecemos que aquelas pessoas que estão há um tempo maior afastadas do processo de escolarização, ao ingressarem na universidade, necessitam de um suporte para seu desenvolvimento neste espaço.

No entanto, quando há o momento de inserção do discente no ambiente da universidade, podemos observar que muitas vezes ele encontra-se sem um apoio efetivo para estudar (até mesmo familiar), o que futuramente poderá causar forte impacto na qualidade de sua aprendizagem e, conseqüentemente, em sua permanência na instituição. Esta pode ser uma problemática enfrentada principalmente em seu primeiro ano de graduação, pois é um período de constante adaptação do estudante no Ensino Superior.

Com base nestas impressões iniciais acerca da realidade de um país com profundas marcas de desigualdade, a presente pesquisa aborda a temática da atuação pedagógica na assistência estudantil.

Considera-se que o assunto ainda merece destaque quanto às suas informações e problematizações, sendo elas pertinentes no que se trata da compreensão dos estudantes das Ifes acerca do setor em questão, em especial, à relevância do apoio pedagógico presente na assistência estudantil nas IFES.

De acordo com Teixeira e Andrade (2017) a temática da assistência estudantil ainda hoje tem pouca visibilidade pelos discentes, apesar do importante papel que ela tem tanto para as escolas públicas como para o Ensino Superior. Os primeiros resquícios de Assistência Estudantil, de acordo com a autora Kowalski (2012), surgiram há cerca de 94 anos atrás no Brasil e tiveram 3 fases. Seus primeiros sinais ocorreram durante o mandato de Washington Luís no ano de 1928, quando foi disponibilizado auxílio no que diz respeito à construção da casa do estudante em Paris para estudantes brasileiros. Nesta época, a assistência estava focada para a elite brasileira. A autora destaca que durante essa primeira fase houve alguns fatos que merecem destaque, como a promulgação de dois decretos que influenciaram sobre educação superior, que se refere à criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras. Por meio desses dois decretos,

iniciou-se a regulamentação da Assistência Estudantil nas universidades. Kowalski (2012) enfatiza que tivemos a primeira casa do estudante no Brasil concebida também nessa fase no Rio de Janeiro no ano de 1930.

A segunda fase aconteceu entre os anos 1987 a 2004 e é tida pelo processo de redemocratização do Ensino Superior, tendo como objetivo a inserção de estudantes de baixa renda nas universidades, de forma que se pudesse garantir não só o acesso, mas também condições de permanência dos estudantes. Nesta etapa, o governo desenvolve ações referentes ao acesso dentro das universidades, como o Programa de Universidade para Todos (PROUNI), e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). A terceira e última fase, ocorreu do ano de 2007 em diante com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visava a garantia dos direitos dos estudantes com a consolidação da política de assistência estudantil (KOWALSKI, 2012).

De acordo com Macedo e Abranches (2019) o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que está em vigor desde 2008, tem como principal objetivo oferecer assistência para aqueles discentes de baixa renda, de modo que assim eles se mantenham em seus cursos de formação. Visando diminuir a desigualdade social e possibilitar acessibilidade e permanência destes estudantes no Ensino Superior, o programa conta com alguns auxílios, sendo eles: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico.

Nesse mesmo viés, Silva (2019) nos informa que o PNAES tem como recomendação que a Assistência Estudantil desenvolva determinadas ações, dentre as quais a garantia do apoio pedagógico. Em vista disso, o profissional da pedagogia passa a atuar junto a uma equipe multidisciplinar. Esta equipe, além de pedagogos, conta com o trabalho de psicólogos e assistentes sociais que almejam desenvolver ações que tenham como principal objetivo o acompanhamento dos discentes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista a sua permanência na instituição, assim como a melhoria de seu desempenho acadêmico no curso.

Em decorrência dos anos cursados na Universidade Federal do Norte do Tocantins, senti a necessidade de pesquisar mais sobre o tema apoio pedagógico dentro da assistência estudantil. Isso por perceber que a Assistência Estudantil acabava sendo vista de modo geral, apenas como “o setor vinculado à obtenção de bolsas/auxílios”. Percebi, assim, que o detalhamento dos serviços, a função da Assistência Estudantil e o apoio pedagógico acabam,

em certa medida, por passarem despercebidos, de modo que os discentes nem sempre conhecem acerca deste importante setor de uma IES.

Durante uma disciplina do meu curso de graduação, seminário de pesquisa III, realizei uma pesquisa sobre a compreensão que os discentes têm sobre esse setor e obtive resultados já esperados, referentes a indiferença ou desconhecimento por parte dos estudantes sobre o que o apoio pedagógico desenvolve dentro da universidade. Diante dessa realidade, reconheci que o assunto sobre o setor ainda não é tão abordado entre os estudantes e compreendi que o tema merece ser colocado em evidência e de forma que possamos compreender melhor sobre seus serviços prestados e sobre as possibilidades que se têm com base neste setor e no trabalho do pedagogo para a contribuição da permanência na Universidade.

Este trabalho de conclusão de curso, se insere no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes (GEPHEA/UFT/UFNT/CNPq), e ocorreu em paralelo e vinculado com o projeto de pesquisa “Inventário das mães estudantes: contribuições às políticas institucionais no contexto do Ensino Superior em uma perspectiva de Educação Popular” (PROPESQ/UFNT, Edital nº 011/2022), onde identificou-se demandas vinculadas ao Setor de Assistência Estudantil voltadas às estudantes que maternam.

Assim, a pertinência dessa pesquisa vai ao encontro da importância do papel da assistência destacado por Toti e Polydoro (2020), pois segundo os autores, o principal objetivo da Assistência Estudantil é oferecer recursos necessários para que os discentes superem efetivamente os obstáculos que impossibilitam seu êxito acadêmico, muitas vezes acarretando em reprovação, trancamento de várias disciplinas e até mesmo evasão.

Diante disto, o trabalho se pauta na necessidade de ampliar o conhecimento sobre os trabalhos/projetos desenvolvidos pelo setor de apoio pedagógico dentro da universidade; bem como na consideração de que as políticas públicas voltadas ao discentes atualmente, têm um papel relevante na sua formação e devem ter sua devida visibilidade no meio acadêmico.

Em vista disso, a pesquisa tem como questão central: como é realizada a atuação pedagógica junto à assistência estudantil e qual sua importância para o acesso e permanência na universidade?

O objetivo geral do estudo é investigar como é realizada a atuação pedagógica na assistência estudantil da UFNT. Os objetivos específicos desta pesquisa, são: 1) conhecer as políticas públicas e institucionais que balizam a atuação pedagógica na Assistência Estudantil da UFNT no câmpus de Tocantinópolis; 2) problematizar a compreensão dos discentes acerca do setor correspondente ao apoio pedagógico na sua formação acadêmica; 3) analisar como a

atuação pedagógica, com o trabalho do pedagogo no setor de assistência estudantil, pode contribuir para a permanência estudantil na universidade.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: a seguir, aborda-se sobre o processo de construção da pesquisa. Logo, o primeiro capítulo aborda acerca da dimensão histórica no que se refere às políticas públicas e institucionais sobre a Assistência Estudantil - identificando as possibilidades e demandas da atuação pedagógica. Já o segundo capítulo, destaca como ocorre a atuação pedagógica no setor de Assistência Estudantil, considerando a compreensão dos estudantes acerca das ações gerais de assistência estudantil na IFES e a compreensão da atuação pedagógica desenvolvida pelo pedagogo atuante na área, especificamente na UFNT - Câmpus de Tocantinópolis, trazendo as reflexões e os apontamentos levantados por meio de entrevista com o profissional do setor.

2. METODOLOGIA

Buscando responder o problema apresentado na presente pesquisa, foi utilizado a abordagem qualitativa. De acordo com Guerra (2014, p.11):

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito [...].

Dessa maneira, entende-se que a pesquisa qualitativa irá ao encontro com situações subjetivas na quais os indivíduos estejam inseridos, tais como fenômenos que não são quantificáveis. Neste sentido, em comparação à abordagem quantitativa o valor não perpassa o/os significativo/significados. Nessa perspectiva, Minayo (2019, p. 21) aborda que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações das crenças e dos valores e das atitudes. [...] o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números indicadores quantitativos.

Dessa forma, compreende-se que a pesquisa qualitativa irá se basear de acordo com a realidade vivenciada, levando em consideração costumes, crenças, aspectos culturais e sociais, onde os principais protagonistas serão os sujeitos em estudo.

2.1 Procedimentos metodológicos: instrumentos e produção das informações

Para atingir os objetivos apresentados neste trabalho, houve primeiramente o levantamento bibliográfico, com o intuito de obter compreensão do tema. Neste sentido, de acordo com Severino (2013, p. 95):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

O levantamento bibliográfico ocorreu por meio dos bancos de dados SciELO e Google acadêmico, utilizando artigos, revistas científicas eletrônicas e livros, tendo como foco de busca a Assistência Estudantil no Ensino Superior, Apoio Pedagógico no Ensino Superior e auxílios estudantis.

A pesquisa também se debruçou através dos textos compartilhados e debatidos no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes (GEPHEA). Espaço que consiste, a cada semestre, em ter textos e diálogos voltados para determinadas áreas específicas que compõem as linhas do grupo.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois questionários, sendo a primeira versão desenvolvida na disciplina de Seminário de Pesquisa III (Apêndice A), no primeiro semestre de 2021.1, com alunos do Campus de Tocantinópolis. O segundo questionário, se baseou na revisão do primeiro, em que se estendeu para os estudantes do Campus de Araguaína (Apêndice B). Nesta perspectiva, entende-se que o questionário é um instrumento de investigação, em que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 201):

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preenche devolve questionário dentro de um prazo razoável.

Diante disso, a primeira versão do questionário foi criada por meio do Google Formulários e disponibilizada por meio de grupos no *Whatsapp* aos estudantes participantes da presente pesquisa, com total de 18 perguntas pautadas através da escala Likert. A escala organiza a relação de questões de modo em que os participantes teriam que marcar entre as seguintes alternativas: ‘concordo totalmente’, ‘concordo’, ‘indiferente’, ‘discordo’ e ‘discordo totalmente’, acerca de qual sua compreensão no que se refere ao setor de apoio pedagógico na Assistência Estudantil e suas funções. Dentre as perguntas, somente uma foi de

cunho aberto para respostas. Como participantes da pesquisa, os respondentes são alunos do Campus de Tocantinópolis de todos os cursos e períodos. Já a segunda versão, teve a alteração do público, pois a mesma foi estendida para os discentes do campus de Araguaína; ocorreu a inclusão de 4 questões de caráter pessoal, totalizando em 22 questões. Foi disponibilizada nos grupos de *Whatsapp* da UFNT, na qual conta com a presença dos discentes dos dois campus, além de grupos das turmas de cada curso do campus de Tocantinópolis.

Logo, realizou-se uma entrevista (APÊNDICE C) com o pedagogo que atua na Assistência Estudantil da IFES. A entrevista ocorreu dia 22 de agosto do ano de 2022, por meio de uma chamada de vídeo pela plataforma Google Meet, tendo uma durabilidade de 54 minutos. A entrevista teve como base um roteiro estruturado em três principais eixos: 1) as demandas do trabalho e a importância do pedagogo na Assistência Estudantil, 2) as políticas institucionais e diretrizes, 3) as dificuldades e os principais desafios da Assistência Estudantil. A transcrição desta entrevista resultou em 12 laudas. De acordo com Severino a entrevista é (2013, p. 97):

Técnica de coleta de Informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que o sujeito pensa, sabem, representam, fazem e argumentam.

Portanto, pode-se compreender a entrevista como uma forma de comunicação em que de um lado se busca informações e o outro fornece informações. De acordo com Gil (2008 p.128):

[...] A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

Nesta perspectiva, a entrevista é classificada em três tipos, estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas. Na presente pesquisa, foi utilizada a entrevista estruturada, em que segundo Gil (2008, p.132):

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Entende-se então, que as entrevistas estruturadas utilizam questões pré-estabelecidas igualmente para todos os entrevistados, Severino (2013, p. 97) argumenta que as entrevistas estruturadas:

São aqueles em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. A próxima - se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

A pesquisa contou com a presença de acadêmicos da UFNT, do campus de Tocantinópolis, abrangendo todos os cursos ativos.

Para uma compreensão mais aprofundada sobre os desafios e potencialidades da atuação do apoio pedagógico na assistência estudantil, foi adotada a metodologia de estudo de caso que visa compreender determinadas nuances. Neste sentido, “o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência” (YIN, 2005, p.32).

O estudo de caso nesta pesquisa contribui para evidenciar o papel do pedagogo na Assistência Estudantil, levando em conta que a instituição sede da pesquisa se encontra em um novo formato de transição de UFT para UFNT. Desta forma o estudo de caso possibilita compreender mais profundamente como ocorre o processo dentro do setor de apoio pedagógico da Assistência Estudantil, e facilita para uma análise mais minuciosa das variantes encontradas.

3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO CAMINHO DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Para compreendermos a atuação pedagógica na Assistência Estudantil, se faz necessário conhecer como o tema foi ganhando espaço no Ensino Superior. A compreensão sobre as políticas públicas são fundamentais para a função do ou da profissional com a formação em Pedagogia dentro da assistência estudantil. Neste capítulo, além de conhecermos as políticas públicas sobre a Assistência Estudantil, buscaremos apresentar as políticas institucionais da UFNT.

Imperatori (2017) em seu artigo *a trajetória da assistência estudantil na educação brasileira*, aborda sobre os primeiros indicativos da assistência para os estudantes, baseando-se em Costa (2010) em sua dissertação *Equidade na Educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil*. Em que discorre que os primeiros estudantes universitários foram contemplados com a Casa do Estudante Brasileiro localizada em Paris no ano de 1928, que tinha como maior objetivo atender discentes que tinham dificuldades financeiras e buscavam conhecimento na capital francesa.

Ainda de acordo com Imperatori (2017), durante o governo de Getúlio Vargas em 1931 surgiu a Lei Orgânica do Ensino Superior instituída pelo Decreto n. 19.851/1931, que tinha como proposta central lançar medidas benéficas aos discentes das instituições universitárias, incluindo bolsas de estudos para aqueles que fossem reconhecidos pobres.

Vasconcelos (2010 *apud* IMPERATORI 2017) menciona que “entre as décadas de 50 e 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares”. Assim, a autora destaca que o ano de 1970 foi considerado de fato o ano em que ocorreu essa expansão, onde o número de matrículas saltou dos 300 mil, em 1970, para 1.500.000, em 1980. Mediante a esta expansão das universidades se fez necessário criar formas de assistir esses estudantes que possuem vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo Imperatori (2017) no de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), o qual estava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que dispunha de programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, nos quais o bolsista tinha a oportunidade de colocar em prática o exercício da profissão, seja em órgãos públicos ou privados. Outro programa era a Bolsas de Estudo, onde era disponibilizado aos discentes uma verba para a sua manutenção, sem a necessidade de realização de atividades como equivalência. Eram considerados também prioritários programas como o de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. Porém ao fim da década de 80, o

DAE acabou sendo extinto, e as ações desenvolvidas pelo mesmo passaram a ficar fragmentadas em cada instituição de ensino.

De acordo com Silveira (2012) mediante a aprovação da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais são normalizados de acordo com o artigo 6º, tendo a educação como parte destes, entende e que é um direito de todos e dever do Estado provê-la, dessa forma na mesma época temos o surgimento Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), no ano de 1987, onde o mesmo dispõe se a reivindicar, fortalecer e consolidar políticas de assistências estudantil nas universidades.

Por meio deste Fórum é que se produziram diversos documentos, sendo desenvolvidas pesquisas com intuito de conhecer acerca do perfil dos estudantes da IFES, após os resultados constatou-se a importância de prover políticas de assistências estudantil dentro das universidades, que venham realmente garantir aos discentes condições de permanência e conclusão de curso (SILVEIRA, 2012).

A autora Kowalski (2012) reforça esse mesmo argumento trazendo que como principal objetivo, os representantes do FONAPRACE, tinham como propósito incorporar estudantes de baixa renda nas universidades, dessa forma não bastava somente garantir o acesso, mas se tornava necessário criar condições tangíveis para a permanência desses estudantes nas universidades. Assim, as políticas de acesso e inclusão surgiram gradualmente, de acordo com a autora Costa (2010) no ano de 1999 através da Medida Provisória nº 1.827 tivemos o surgimento do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), que tem como foco financiar os cursos de graduação no Ensino Superior privado para estudantes matriculados e que não tenham condições financeiras de arcar com as despesas para a formação.

Já no ano de 2005, surge o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que entre outras medidas com vistas ao acesso, dispõe para os alunos uma bolsa de 50% da mensalidade dos cursos, onde, para tanto, os estudantes são selecionados de acordo com a nota alcançada no ENEM. O programa é voltado para instituições privadas, concedendo a bolsa em cursos parciais ou integrais. (COSTA, 2010)

O terceiro programa de grande dimensão foi o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que foi inserido a partir do decreto nº6.096, de 24 de Abril do ano de 2007 e seu principal objetivo foi promover condições necessárias para que as universidades federais pudessem ampliar o acesso e a garantia da permanência dos estudantes na educação superior, incluindo melhorias dos cursos, infraestrutura e recursos humanos. O

programa ainda apontava questões como a criação de cursos noturnos e de licenciaturas que formassem professores aptos para lecionarem na rede básica de ensino. (KOWALSKI, 2012)

De acordo com Costa (2010) o FONAPRACE tinha como intuito evidenciar que apesar do Ensino Superior atender uma demanda significativa de camadas menos favorecidas socioeconomicamente, ainda assim, não era o suficiente para que os estudantes permanecessem na universidade.

Ainda no ano de 2007, de acordo Kowalski (2012), o FONAPRACE criou o documento que deu origem a PNAES, pois há muito tempo vinha sendo colocado em pautas nacionais, o quão era importante a Assistência Estudantil ao longo da vida acadêmica para os estudantes, além de ser um recurso que seria fundamental para inserção dos estudantes de baixa renda. Diante disso a autora Imperatori (2017, p. 10) destaca que:

O PNAES foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008. Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil.

De acordo com o Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010 o PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Os principais objetivos, são: a democratização das condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, reduzir os impactos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão, além de contribuir com a integração social pela educação (BRASIL, 2010). A autora Costa (2010) aponta no que se refere ao desempenho acadêmico o PNAES contempla com a ofertas de bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, incentivo à participação político acadêmica e direito a acompanhamento psicopedagógico.

De acordo esse mesmo decreto, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: “I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010).

Vale frisar que ocorreram inúmeras mudanças do ano de 2015 até o final de 2022. Sousa (2021), pontua que o governo de Jair Bolsonaro implementou diversas medidas que ferem os direitos sociais inclusive na educação superior, provocando o contingenciamento de recursos e atacando diretamente a Assistência Estudantil tendo como base uma lógica neoliberal. Neste mesmo sentido, a autora destaca a necessidade de se garantir:

uma assistência estudantil com padrão de proteção social amplo, garantida por Lei, pois atualmente as políticas de assistência estudantil das IFES são custeadas pelo PNAES, que é um decreto instituído pelo Governo Lula, readequado no Governo Dilma e contingenciado no atual Governo Bolsonaro. (SOUSA, 2021, p. 42).

Costa (2010) aponta que apesar do PNAES ser um programa de nível nacional, cada instituição de Ensino Superior tem a autonomia de utilizar os recursos que forem disponibilizados de acordo com necessidades evidentes e as especificidades de cada local. Isto porque o programa tem como principal intenção a contribuição para a melhoria do desempenho dos acadêmicos, uma vez que a repetência e evasão geram altos custos tanto para o governo como para a própria instituição.

A autora Silveira (2012) traz dados referentes à pesquisa que tem como título “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras”; um estudo que teve como responsáveis membros do FONAPRACE. A pesquisa ocorreu entre os anos de 1996 a 1997, abarcou 44 IFES, e aplicou 32.348 questionários. A autora remete alguns dados pertinentes a serem discorridos, como exemplo: de acordo com a pesquisa, o perfil traçado foi que a maioria desses estudantes era do sexo feminino e possuíam em média 22 anos; o estado civil da maioria é solteiro; 58% não trabalhava, e, 42% exerciam alguma atividade remunerada. Outro dado importante é que cerca de 12,17% desses universitários possuíam filhos. Ainda, seguindo os dados obtidos dessa pesquisa, foi constatado que 2,40% faziam uso das moradias estudantis, e os Restaurantes Universitários (RU) tinham como público assistido cerca de 19,10% e 60,6% fazia uso de transporte coletivo (SILVEIRA, 2012).

No que diz respeito à situação socioeconômica desses estudantes foi apontado que 44,29% estavam classificados como categorias C, D e E; 43,11% na categoria B e somente 12,6% desses alunos estavam na categoria A (SILVEIRA, 2012). A partir de todos esses dados e apontamentos que concretizaram a necessidade de investir em assistência a esses discentes, e juntamente com isso, estes dados foram cruciais para demonstrar a mudança do público que passava a ingressar no espaço das universidades, por meio de políticas de democratização e acesso, popularizando o Ensino Superior - que por muito tempo acolheu a uma pequena parcela da sociedade brasileira.

Acerca do perfil dos estudantes ingressantes nessas universidades, a autora Kowalski (2012), comenta alguns resultados da pesquisa que ocorreu entre os anos de 1997 e 2004 realizada pelo FONAPRACE. Para a autora, alguns elementos identificados no estudo se tornaram fatores essenciais para a garantia justa de permanência no Ensino Superior, sendo eles classificados como: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte;

assuntos de juventude. O estudo ainda constatou que cerca de 48,2% dos entrevistados, participantes da pesquisa, vivenciavam risco de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que de acordo com o site oficial da (ANDIFES)¹ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, foram realizadas cinco pesquisas acerca do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, sendo a primeira publicada em 1997, a segunda foi aplicada no ano de 2004, a terceira foi publicada no ano de 2011, já no ano de 2016 foi aplicada a IV edição, a V edição foi aplicada no ano de 2018 sendo a mais recente até o momento.

Fazendo um parâmetro da pesquisa aplicada em 2004 e 2010, pelo FONAPRACE, podemos identificar algumas alterações nesses dados no que diz respeito principalmente à taxa de estudantes que pertencem a classe C, D, e E, passando de 44,29% para 43,7% o que corresponde a cerca de 300 mil estudantes. O público feminino continuava sendo sua grande maioria, tendo em média 23 anos e solteiros, deste 9,21% são mães/pais tendo uma queda significativa a pesquisa anterior, um dado bastante pertinente e que o percentual de alunos de raça/cor/etnia preta alterou para quase 50% em relação a primeira pesquisa, estudantes dependentes do transporte coletivo chegam a ser 57%, e cerca de 15% fazem uso do RU, o público assistido pelas bolsas de permanência varia entre 11% a 10%. A pesquisa destaca que o índice de trancamento de matrícula teve um grande aumento passando a ser a 12,4%, onde a maioria dos discentes alegam ser por questões financeiras, por fim temos cerca de 29% dos estudantes que procuram ajuda psicológica, este dado que vem retratar a importância de se oferecer um serviço de apoio psicológico nas IFES. (FONAPRACE, 2010)

De acordo com a autora Costa (2010) o FONAPRACE tinha como intuito evidenciar com as pesquisas que apesar de o Ensino Superior atender uma demanda significativa de camadas menos favorecidas ainda assim não era o suficiente para que os estudantes permanecessem na universidade. Fazendo uma análise dos dados apresentados por Costa (2010) em sua pesquisa, percebemos que mesmo com a determinação de um estudante que acaba de concluir o ensino médio, ao adentrar no Ensino Superior, ele irá se deparar com muitas nuances no quesito permanência, tais elas de cunho pedagógico, psicológico e econômico, em outras palavras não se trata somente de ter acesso a uma universidade, mas da sua permanência no ambiente acadêmico, onde necessitaria de um acompanhamento desde a sua matrícula, até a finalização do seu curso.

¹ <https://www.andifes.org.br/>

Scardua 2008 (apud Santana et al 2015) aborda que a inclusão tem como intuito garantir tanto o acesso como a permanência do estudante de forma que venha promover o desenvolvimento e a expansão de vagas para o público da educação especial. No meio acadêmico o estudante que não consegue alcançar o ritmo da turma, por não se associar no mesmo tempo e forma dos demais acaba sendo vítima de preconceito. Acaba se partindo de uma óptica homogênea, como se perpetuar-se somente uma forma ensinar e aprender exigindo assim que ambos aprendam no mesmo período de tempo.

Santana et al (2015) abordam que se faz necessário uma universidade com mais abertura para as diferenças que venha explorar as diferentes formas de ensino e que saiba tirar proveito da potencialidade de cada aluno de forma individual, colocando em pauta aquilo que ele possui de melhor sem se apegar a rótulos ou preconceitos. Ao se pautar nesse argumento, Costa (2010) aborda que apesar de não considerado pelo governo e nem pelo FONAPRACE, como uma forma de Assistência Estudantil, por se enquadrar de acordo eles em um colaboração pedagógica, houve a existência de um programa nomeado “Programa de Acessibilidade na Educação Superior- Incluir”, o qual foi criado no ano de 2005 e repassava verbas para as IFES com intuito de criação de espaços de acessibilidade, a diminuição das dificuldades no que se refere ao acesso aos ambientes físicos, além de promover integração pedagógica do discente com o espaço e a comunidade acadêmica.

Costa (2010) discorre acerca da Lei de Cotas, onde o programa foi implementado no ano de 2001 tendo como foco o ingresso ao Ensino Superior, o programa destina vagas através de processos seletivos para negros, pardos, alunos advindos de escolas públicas e indígenas. Porém o programa só tomou visibilidade de fato após a aprovação no planalto da Lei nº 12.711 que ocorreu no governo da presidente Dilma em 29 de Agosto de 2012, onde as instituições de Ensino Superior tem a obrigatoriedade de reservar 50% das vagas para candidatos oriundos da rede pública. As instituições teriam que iniciar a oferta de vagas a partir do ano de 2013, prevendo de 12%,5 de suas vagas reservadas, tendo como prazo até o ano de 2016 para todas as instituições se adaptarem à lei.

A autora Costa (2010) frisa que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), tomou uma posição contrária à Lei de Cotas, pois afirmava se que a instituições perdiam sua autonomia no quesito distribuição de vagas.

Se pensarmos no atual cenário que vivemos podemos perceber que cada política de ação afirmativa tem impacto positivo para atenuar a desigualdade existente ainda hoje no Brasil. No que se refere a educação, a política de cotas por exemplo foi de grande avanço no ingresso de pessoas negras, pardas, afrodescendentes, indígenas e estudantes advindos de

escolas públicas, o que possibilitou que esse público adentrar nas instituições de Ensino Superior e apropriarem dos seus direitos que são garantidos por leis.

Sabemos que desde a Constituição de 1946 a educação já é vista como direito de todo cidadão, tendo em vista disso o Art. 166 remete que “ - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. ” (BRASIL, 1946), esse direito é reafirmado com a Constituição 1988, que no que se refere a educação aborda no Art. 205 que “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Desta forma a Constituição não só de 1946 como também a de 1988 foram marcos importantes para o acesso à educação. Pois através destas e das políticas sociais existentes é que se pode garantir este direito, dessa forma as instituições podem/devem percorrer caminhos em busca de uma educação de qualidade que proporcione equidade no acesso para todos os públicos.

Santos e Freire (2022), registram que no Brasil que vivemos, os processos de desigualdade social e violência são históricos e estão calcados na questão racial, portanto, do mesmo modo, a universidade reproduziu estes processos ao receber predominantemente sujeitos pertencentes a um pequeno grupo elitizado e majoritariamente branco, fato que implica na pauta sobre, por exemplo, privilégio e meritocracia nas universidades. Para os autores, as políticas de cotas e as ações afirmativas contribuem desde sua criação mais recente para com a viabilidade de universidades “mais coloridas”, ocupadas pelas camadas trabalhadoras, embora persistam os desafios de sua permanência com qualidade no Ensino Superior.

A FONAPRACE tem como intuito a cada pesquisa que se passa buscar compreender de acordo com o cenário vivenciado, o que vem acometer/inferir tanto a permanência como o desempenho acadêmico, nesse sentido a IV pesquisa desenvolvida sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação, elencou alguns pontos que acreditam ser barreiras enfrentadas nesse processo de graduação, dos alunos entrevistados (42%) apontam ser a dificuldade financeira , outros (31,14%) alegam sobre a carga excessiva de trabalhos estudantis, (28,78%) mencionam a falta de disciplina de estudo, (19,8%) abordam sobre relação professor-aluno, sendo que (16,22%) apontam sobre a dificuldade no aprendizado.

Vale ressaltar que quase 20 mil alunos (2,1%) mencionaram ter sofrido violência física e que essas situações impactaram veemente no seu rendimento acadêmico, assim também 10 mil alegaram ter sofrido como a violência sexual, o que corresponde a um percentual de 1,07%, no se refere a situações de discriminação e preconceitos 91 mil (9,76%) estudantes alegaram ter passado por algumas situações que interferiram no seu desenvolvimento acadêmico. (FONAPRACE, 2016). Portanto é contundente afirmar que a Assistência Estudantil vai para além de questões financeiras: ela possui um papel extremamente importante no que diz respeito ao acompanhamento psicossocial e pedagógico no apoio educacional destes estudantes, onde detectam essas dificuldades acadêmicas, advindas de várias razões. Destaca-se que esta responsabilidade mencionada não se limita ao setor de assistência estudantil, e sim a toda universidade.

No que se refere a Assistência Estudantil realizada pela UFNT, temos três resoluções nas quais são seguidas de acordo com a UFT, uma vez que o câmpus de Tocantinópolis (assim como o de Araguaína), desde julho de 2019, com a criação da UFNT, se encontra em processo de transição.

A primeira resolução é a nº 26, aprovada dia 17 de outubro de 2017, estando estruturada com IX capítulos, sendo o primeiro destinado a finalidade da resolução, o segundo aborda acerca dos princípios, objetivos e suas diretrizes. Já o terceiro capítulo evidencia os programas que compõem a resolução, enquanto o quarto capítulo aponta o objetivo de cada programa supracitado. O quinto capítulo evidencia os direitos e deveres dos estudantes; o sexto aborda as competências que devem ser cumpridas pela gestão; o sétimo dá ênfase acerca da suspensão e cancelamento dos programas; o oitavo capítulo evidencia acerca do financiamento recebido, e por último, no nono capítulo, é acrescentado acerca da avaliação dos serviços prestados, programas e projetos. Esta resolução regulamenta a Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade, em que de acordo com a UFT (2017, p. 3):

A Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica constitui-se num conjunto de programas, ações e serviços integrados com vistas à inclusão social, à produção de conhecimento, à melhoria do desempenho acadêmico e à formação plena do estudante. Deve viabilizar a igualdade de oportunidades e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes de fatores socioeconômicos, pedagógicos e culturais.

Nesta inferência, fica evidente a tarefa assumida pela instituição, por meio da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica, de garantir possibilidades de permanência dos estudantes, suprimindo fragilidades socioeconômicas, culturais e pedagógicas. O documento registra que a Política tem como principal finalidade, de acordo o Art.1º de ofertar tanto o

apoio como a orientação acadêmica, condições de inclusão social, colaborando assim como a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação. (UFT, 2017).

De acordo com o parágrafo único desta mesma resolução “Os programas de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) visam garantir a permanência dos estudantes na UFT, atendendo prioritariamente os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.” (UFT, 2017, p. 3).

O Art. 5º A Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica da UFT compõe-se dos seguintes programas:

Quadro 1: Programas que constituem a política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica da UFT

I - Programa de Integração dos Discentes Ingressantes - PIDI;	XIII - Programa Bolsa Permanência MEC - PBP;
II - Programa Auxílio Alimentação - PAA;	XIV - Programa Institucional de Bolsa de Extensão - PIBEX;
III - Programa Moradia Estudantil - PME;	XV - Programa de acesso democrático à Universidade - PADU;
IV - Programa Auxílio Transporte - PTr;	XVI - Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas PADIQ;
V - Programa Auxílio Permanência – PAP;	XVII - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;
VI - Programa Esportes e Lazer - PROEL;	XVIII - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC;
VII - Programa Apoio à Participação dos Discentes em Eventos - PAPE;	XIX - Programa de Mobilidade Acadêmica – PMA;
VIII - Programa Acompanhamento Acadêmico – PROAC;	XX - Programa Institucional de Monitoria – PIM;
IX - Programa Auxílio Saúde – PSaúde;	XXI - Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI;
X - Programa Auxílio Creche - PAC;	XXII - Programa de Educação Tutorial - PET;
XI - Programa Apoio ao Discente Ingressante – PADI;	XXIII - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID
XII - Programa Inclusão e Acessibilidade - PAEI;	

Fonte: UFT 2017. Organização da pesquisadora.

Cabe aqui evidenciar que há uma diferenciação no que se refere a bolsas e auxílios citados dentro desta resolução e que apesar do referido documento não compartilhar de forma

evidente esta diferença, se torna importante o registro de que são atividades de natureza distinta.

No que se trata das atividades de monitoria, pesquisa e de extensão remuneradas por meio de bolsas, cumpre destacar que as demandas do estudante monitor, pesquisador e/ou extensionista vinculados ao programa em questão que viabiliza o recebimento de bolsa, depende de cada proposta registrada nos seus respectivos editais. Ou seja, o estudante desenvolve atividades voltadas para temática e conteúdos específicos de cada programa institucional, o qual se torna um espaço de formação para o estudante. Neste sentido, a autora Costa (2010) especifica, por exemplo, que as bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria refletem um papel importante à medida que viabiliza um recurso financeiro por meio da bolsa que irá garantir a dedicação específica do estudante em atividades de aperfeiçoamento do conhecimento. Assim, o retorno financeiro irá contribuir para que os alunos possam custear algumas atividades no meio acadêmico.

Já no que se refere aos auxílios disponibilizados aos estudantes para contribuir com a permanência na universidade, os discentes possuem acesso a partir da análise de um perfil socioeconômico, viabilizada pela inserção de um conjunto de documentações estabelecidas, na plataforma Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO). Esta plataforma organiza os registros necessários e mediante a aprovação por meio da análise do perfil socioeconômico de cada discente, o estudante pode concorrer aos editais de auxílio que mais se adequam aos quesitos de seleção exigidos de acordo com suas demandas e direitos.

A segunda resolução seguida é a de nº 37, de 06 de Dezembro de 2017 que “dispõe sobre as normas gerais de ocupação e convívio para a moradia nas Casas do Estudante da Universidade Federal do Tocantins, destinadas aos alunos de Graduação regularmente matriculados na Instituição.” (UFT, 2017, p. 1).

A resolução está subdividida em 10 capítulos: o primeiro menciona as finalidades desta resolução; o segundo capítulo compete se as funções e organização no que se refere a administração desta moradias; o terceiro é voltado a abordagem das assembleias gerais que são necessárias; o quarto capítulo aborda sobre a inscrição e seleção de moradores; o quinto capítulo remete sobre os procedimentos para o ingresso na moradia; o sexto esclarece acerca dos requisitos para permanência no estabelecimento; o sétimo capítulo é separado por duas seções. A primeira, esclarece os direitos dos moradores e a segunda seção aborda acerca dos deveres destes moradores. O oitavo capítulo é estruturado da mesma forma do anterior, subdividido por duas seções: o primeiro abordando acerca das transgressões e o outro das sanções disciplinares. Do mesmo modo, o nono capítulo segue a organização: a primeira

seção trata se da manutenção e a segunda acerca da ocupação e convívio. Por fim, o décimo capítulo aborda sobre encaminhamentos finais acerca da resolução.

Assim, a resolução se trata de um documento que respalda a garantia de moradia dos estudantes de graduação em estrutura ou condições de oferta subsidiadas pela IFES.

De acordo com Art. 1º e 2º desta resolução:

As Casas do Estudante da Universidade Federal do Tocantins - UFT estão inseridas em sua Política de Assistência Estudantil, e têm por objetivo assegurar condições de permanência e conclusão dos cursos de graduação universitária, visando disponibilizar moradia digna a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Terá direito a solicitar vaga nas Casas do Estudante, o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica devidamente comprovada, regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFT, que não possua casa própria e cujos pais/responsáveis/cônjuges residentes na cidade onde se encontra matriculado também não possuam casa própria.” (UFT, 2017, p. 3).

A inferência acima trata do objetivo central das moradias disponibilizadas para os estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como foco proporcionar uma moradia digna ao estudante, ocasionando assim melhorias no que corresponde às condições de permanência e conclusão de curso. Ainda desta mesma resolução o artigo Art. 3º aborda que são objetivos da Casa do Estudante:

I - possibilitar a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a permanência e conclusão de curso de graduação na UFT; II - oferecer ao estudante moradia digna, permitindo-lhe melhor desempenho no desenvolvimento das atividades decorrentes da formação acadêmica; III - contribuir para o desenvolvimento das relações sociais do estudante, atribuindo-lhe responsabilidades decorrentes da convivência coletiva; IV - estimular e desenvolver entre os estudantes residentes o espírito de solidariedade e fraternidade, em um clima de permanente compreensão de seus direitos e deveres no ambiente comunitário.” (UFT, 2017, p. 3).

O excerto acima faz referência aos principais objetivos visionados pela disponibilização de moradias estudantis dignas, sendo o principal a permanência do estudante no meio acadêmico, construindo relações sociais como os demais estudantes, tendo sempre responsabilidade em relação à convivência coletiva com os demais moradores.

A terceira e mais recente resolução seguida pela UFNT é de Nº 47, de 22 de Setembro de 2021, da UFT, a qual dispõe sobre as alterações na Resolução Consuni nº 26/2017, que trata da regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. (UFT, 2017, p. 1). Sua estrutura está disposta somente em um capítulo contendo três artigos: o primeiro artigo trata se da inclusão no artigo 5º da resolução 26, os incisos XXV e XXVI, e os artigos 26B e 26C que se referem ao Programa Auxílio Apoio Pedagógico – PAAP e o XXVI - Programa de Inclusão Digital – PDigital. Onde o PAAP é uma política pública destina a oferta de auxílio financeiro que visa a

permanência dos estudantes dos cursos de graduação que estejam matriculados e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o auxílio tem como foco colaborar com o desempenho acadêmico, assim como visa a redução dos índices de retenção e evasão advindos da insuficiência de condições financeiras. O segundo programa inserido foi o PDigital, este assim como o supracitado faz parte de uma política pública que tem como foco a inclusão digital para os discentes com vulnerabilidade socioeconômica, através de recurso financeiro para obtenção de equipamentos computacionais e pacotes de dados de internet (UFT, 2021).

Após análise da documentação disponibilizada através do pedagogo entrevistado, além das buscas feitas no site institucional da UFT, percebe-se que se faz necessária atualização destas resoluções em questão, uma vez que alguns programas contidos não estão em vigor, alguns já há anos, como exemplo: o Programa de Acesso Democrático Universitário (PADU) - que nos últimos editais da UFT não contemplaram os campi de Araguaína e Tocantinópolis - devido, provavelmente à transição para UFNT - , o Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas (PADIQ), o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI) entre muitos outros.

O que se constata é que ficam em evidência somente três programas que se efetivam atualmente nos campi de Araguaína e Tocantinópolis: o Programa Auxílio Permanência (PAP), que atualmente é intitulado como Programa Auxílio Apoio Pedagógico (PAAP), e o Programa Auxílio Moradia (PAM). Compreende-se que a universidade trabalha a partir de demandas prioritárias, porém mediante as pesquisas realizadas pela FONAPRACE, em suas análises, pode-se constatar que a permanência e conclusão dos cursos de graduação não se limitam a questões financeiras, partindo de outras nuances que são mencionados no decorrer deste trabalho, e que a vigência de alguns programas garantidos pela resolução seriam extremamente necessários estarem em vigor para assim o melhor funcionamento da universidade, levando em conta que os discentes são os principais impactados com o não funcionamento dos programas essenciais para a garantia de uma educação de qualidade, não deixando de levar em conta que UFNT ainda não possui resoluções próprias e que está em processo de transição.

Em decorrência de tudo que foi apontado até aqui percebemos que ainda hoje Brasil está em uma posição de desigualdade socioeconômica, porém com as políticas e ações de assistência criadas, podemos observar a pertinência em sanar dentro das suas possibilidades de certo modo a desigualdade social que há dentro do Ensino Superior, oferecendo condições que tragam estabilidade para os discentes concluírem seus cursos de graduação.

4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NA UFNT

Neste capítulo, destaca-se como ocorre a atuação pedagógica no setor de Assistência Estudantil, considerando o que compreendem os estudantes acerca das ações gerais de assistência estudantil na IFES e as considerações sobre a atuação pedagógica desenvolvida pelo pedagogo atuante na área, especificamente na UFNT - Câmpus de Tocantinópolis, trazendo as reflexões e os apontamentos levantados por meio de entrevista com o profissional do setor.

Aborda-se a compreensão que os discentes têm sobre a atuação pedagógica, no que diz respeito ao acompanhamento e o papel realizado dentro do setor de Assistência Estudantil através da análise das respostas obtidas através de um questionário aplicado, além disso, apresenta-se sobre as principais dificuldades e necessidades que podem ser superadas com a participação de uma atuação pedagógica junto aos setores de Assistência Estudantil nas IFES com a análise da entrevista feita com o pedagogo atuante, abordando a função na qual o pedagogo desenvolve dentro do setor de apoio pedagógico, como seu trabalho tem impacto na vida acadêmica dos discentes, além de apresentar as principais dificuldades enfrentadas pela Assistência Estudantil.

O processo de inserção no Ensino Superior tem inúmeros obstáculos, e como foi possível compreender, as políticas e programas voltados à Assistência Estudantil, vão se consolidando com o propósito de contribuir para a ampliação e democratização do Ensino Superior como já abordado no início deste trabalho. O pedagogo atuante dentro do setor de apoio pedagógico estudantil, será chave fundamental para que esses empecilhos possam ser atenuantes no processo de diplomação. De acordo com Pascarella e Terenzini (2005, *apud* Dias e Sampaio, 2020, p. 51) os pedagogos neste espaço

Notam que o processo de transição do ensino secundário para o ensino superior envolve questões em quatro domínios: acadêmico, social, pessoal e vocacional. Dentre as dificuldades dos estudantes que os autores identificam, constam: ambiente desconhecido, relação pedagógica e pessoal com os professores, ritmo e quantidade dos conteúdos, demanda de maior tempo para os estudos, sensação de falta de tempo livre, novas relações interpessoais, necessidade de falar em público, gestão de questões domésticas, falta de conhecimento-base para o curso, baixa autoconfiança, falta de clareza das metas, desconhecimento de métodos de estudo e gestão deficiente do tempo.

Compreende-se dessa forma que os discentes não lidam somente com questões de cunho pedagógico, mas também a adequação a um novo ambiente, com um público diferente daquele no qual estava acostumado, uma nova rotina de estudo com ritmo e demandas intensificadas, além de passar a construir novas relações interpessoais, em resumo o aluno se

submete variáveis pessoais e institucionais, pois como se apontou nas pesquisas mencionadas no decorrer deste trabalho a maior parte do público presentes na Universidades são oriundos de escolas públicas, onde o ensino muitas vezes se torna limitado no que refere a determinadas demandas.

Neste sentido Santana *et al* (2015) apontam sobre os dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2011), onde indicam que cerca de 38% dos discentes na educação superior apresentam nível de alfabetismo básico e rudimentar, o que possivelmente indica que esse grupo de alunos apresentam dificuldades nos quis diz respeito a gêneros acadêmicos como as resenhas, relatórios, trabalho de conclusão de curso entre outros. Mediante a esta informação é que se percebe a importância do processo de orientação e acolhimento dos ingressantes e dos alunos de forma geral, pois como bem foi visto, esta mudança do ensino médio para o superior ocasiona uma mudança na qual o aluno tem um estranhamento mediante nova realidade.

Desta forma, ao ser disponibilizado o acompanhamento deste aluno ele passará a se apropriar do ambiente que está inserido, buscando conquistar sua autonomia. Neste cenário, o pedagogo é visto como um aporte que passará confiança e credibilidade para o discente, seja em assunto de cunho pedagógico, seja de cunho organizacional ou mesmo como orientação de cunho social. Sabemos que o pedagogo tem uma vertente muito ampla no que diz respeito à atuação, nesse sentido Frison (2004, p. 88) afirma que:

Na escola, na sociedade, na empresa, nos espaços formais e não formais, escolares e não-escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único lugar em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades.

De acordo com a inferência acima, os espaços da atuação deste profissional, com formação em Pedagogia, são variados. No que diz respeito à atuação do profissional com formação em Pedagogia no Setores de Assistência Estudantil nas IFES, destaca-se que é parte fundamental para garantir uma composição da equipe multidisciplinar, como preconizam as políticas neste ponto.

Sabe-se que o público alvo da Assistência Estudantil são os discentes, portanto, se considera fundamental analisar a compreensão que os estudantes possuem sobre Assistência Estudantil e o setor de Apoio Pedagógico, em particular, na UFNT. Para isto, foi realizado um questionário divulgado em duas versões: uma primeira aos discentes de Tocantinópolis, que se deu em duas etapas - a de aplicação com um número de 16 estudantes da disciplina de

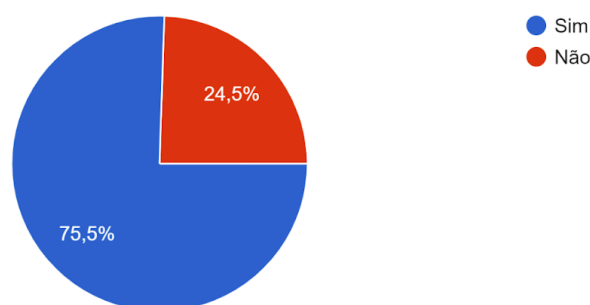
seminário de pesquisa III - e uma segunda etapa, da ampliação do questionário aos estudantes do campus, totalizando em 36 participantes que responderam a primeira versão deste questionário. Após uma revisão deste instrumento, com a alteração em algumas questões e inclusão de outras, referentes a dados pessoais, foi estendido para alunos de Araguaína, totalizando um número de 49 de participantes estudantes, destes, 43 pertenciam ao campus de Tocantinópolis, e somente 6 do campus de Araguaína. O questionário teve perguntas referentes tanto à função da Assistência de modo geral, como vinculadas à função desenvolvida pelo pedagogo dentro do setor de Apoio Pedagógico.

O público em geral tinha predominantemente entre 18 e 22 anos, o que corresponde a 38,8% dos respondentes, o curso predominante foi pedagogia com a participação de 21 alunos. No que se refere à quantidade de filhos, 18,4% afirmaram ter entre 1 e 2 filhos, e 65,3% não possuem filhos. Ao que se refere ao beneficiários da Assistência Estudantil 37 alunos afirmaram que recebem algum tipo de auxílio financeiro. Dos entrevistados 75,5% afirmaram já ter precisado dos serviços prestados pelo setor de apoio pedagógico.

Figura 1-quantidade de beneficiários

Você recebe algum tipo de auxilio ?

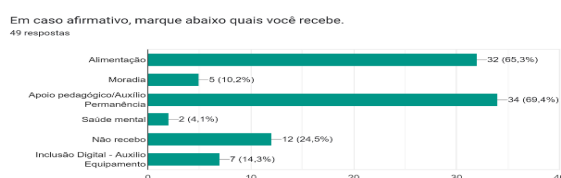
49 respostas



Fonte: Questionário aplicado pela autora

Em caso afirmativo foi solicitado que marcassem quais eles recebiam, notou-se que predominou o auxílio alimentação e apoio pedagógico. Aqui vale ressaltar que dentre todos os auxílios citados, o Inclusão Digital é pago através de somente uma parcela de um valor integral determinado de acordo com edital publicado, dos respondentes 24,5% não recebiam qualquer tipo de auxílio estudantil.

Figura 2- Auxílios disponíveis

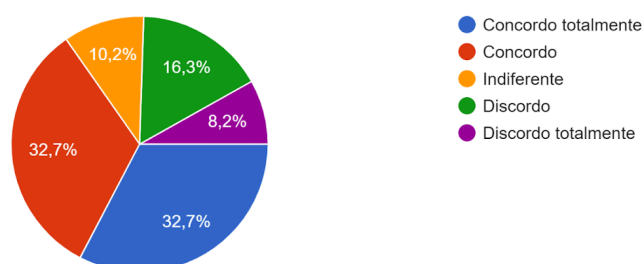


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Ao se depararem com a afirmação de que o apoio pedagógico é um setor exclusivo para auxiliar na documentação de auxílios/bolsas, identifica-se que 65,4% dos alunos concordam com a afirmação, contabilizando entre “concordo totalmente” e “concordo”. Somente 8,2% discordam dessa afirmação. Logo, nota-se que o conhecimento acerca do setor é ainda limitado, principalmente no que se refere às funções desenvolvidas por este setor, que é imprescindível na vida acadêmica. Deve ser reforçado que o setor de apoio pedagógico está para além de somente auxiliar este aluno no que se refere a documentação, este setor é responsável pelo acompanhamento e integração do discente no meio acadêmico. O que se percebe é que os alunos possuem uma visão bastante limitada, visto que a maior divulgação gira somente em torno de questões burocráticas para obtenção de auxílios/bolsas.

Figura 3- Afirmação sobre o setor apoio pedagógico

O apoio pedagógico é um setor exclusivo para auxiliar na documentação para obtenção auxílios/bolsas estudantis.
49 respostas



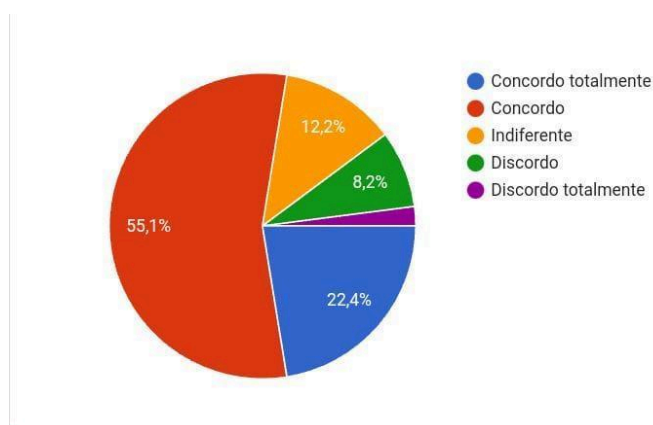
Fonte: Questionário aplicado pela autora

Os resultados apontam a necessidade de que haja uma ênfase mais efetiva no que se refere à participação e conhecimento do setor e da atuação pedagógica a qual não pode restringir-se ao setor como único responsável pela permanência do estudante na IES. Ao se depararem com uma afirmação que condiz com a função do apoio pedagógico, percebemos uma contradição com a pergunta anterior, visto que 55,1% concorda que o apoio pedagógico é um canal facilitador onde ocorrerá acompanhamento acadêmico/pedagógico de modo que o discente apresente rendimento satisfatório, e ao serem questionados na pergunta anterior que o setor era somente para auxílio em documentação tivemos a soma de mais da metade do público concordando com a afirmação. Supõe-se que há uma desinformação por parte dos da maioria dos discentes. Sobretudo, que a participação estudantil no que se refere à

reivindicação e construção de seus direitos, no que se refere às políticas de assistência estudantil, ainda é incipiente na IES.

O apoio pedagógico é um canal facilitador onde ocorrerá acompanhamento acadêmico/pedagógico por meio de análise do histórico escolar analítico, tendo foco para orientações aos estudantes quanto à necessidade de melhorar seu desempenho e apresentar rendimento satisfatório

Figura 4- Visão estudantil sobre o apoio pedagógico



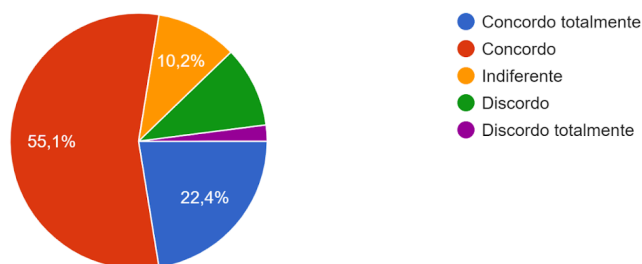
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Outra afirmação feita foi de que o apoio pedagógico contribui com situações de estudantes que estejam com dificuldades no decorrer da graduação. Mais da metade dos entrevistados concordaram com a afirmação, o que corresponde a 55,1% dos entrevistados. No que refere a esta afirmação, o apoio pedagógico é um canal facilitador para o discente. Nesse sentido, o apoio pedagógico poderá tratar de assuntos de cunho pedagógico, e encaminhamentos para acompanhamento psicológico com o profissional com a devida formação. Se tratando da UFNT enquanto uma universidade supernova, encontramos algumas barreiras atualmente, a principal delas é não ter um pedagogo atuante no setor momento, logo implica em todas as funções que poderiam está sendo desenvolvidas dentro da Assistência Estudantil. Vale ressaltar que atualmente a UFNT não possui um pedagogo atuante no cargo dentro do setor de apoio pedagógico, pois o pedagogo que desenvolvia este trabalho foi designado a ocupar o cargo de diretor de execução da assistência estudantil, pois, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) tem duas diretorias, uma delas é a diretoria de planejamento e acompanhamento dos programas, a outra e a diretoria de execução da assistência estudantil.

Figura 5-Afirmação sobre a contribuição do apoio pedagógico

O apoio pedagógico contribui com situações de estudantes que estejam com dificuldades no decorrer da graduação.

49 respostas



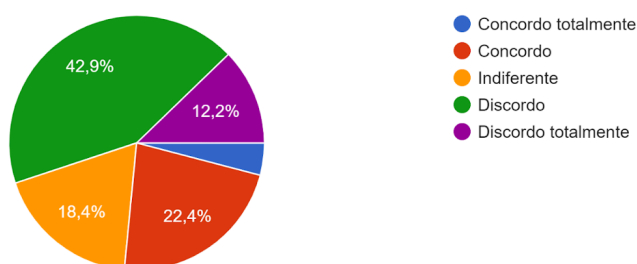
Fonte: Questionário aplicado pela autora

Com a predominância do público beneficiário dos auxílios, como respondentes do questionário, percebemos que na sua grande maioria discordam com a afirmação sugerida, o que demonstra que os alunos compreenderam que o setor se estende ao todo público que possui a análise socioeconômica deferida pelo sistema CUBO. Aqui vale ressaltar que apesar de ser ter inúmeras evidências que comprovam que não somente o público com vulnerabilidade necessita de acompanhamento, ainda no que se refere a universidade do estudo de caso, não se tem essa extensão do apoio pedagógico.

Figura 6- Afirmação sobre o público alvo

O atendimento do apoio pedagógico é restrito ao público bolsista.

49 respostas



Fonte: Questionário aplicado pela autora

Ao serem questionados de como foi a experiência do atendimento pedagógico, apresentam-se algumas respostas que se destacam: “Burocrático mas os funcionários são bem acolhedores e ainda sanam as dúvidas claramente”. (ALUNO A); “Procurei o setor para apoio psicológico, onde não foi muito satisfatório”. (ALUNO B); “O atendimento foi ótimo e foi a respeito da documentação dos auxílios”. (ALUNO C); “Quando ingressei no curso, eles me ajudaram a fazer e entender todas as etapas com a documentação, perguntas sobre os auxílios e como funciona a análise socioeconômica”. (ALUNO D); “Para poder me inscrever no Piso (Cubo) precisei de ajuda em relação aos documentos exigidos. Apesar de que o atendimento tenha sido bastante efetivo, resalto que as primeiras semanas de início da graduação foram difíceis no acesso aos serviços, bem como houve um número limitado de informações a respeito dos serviços prestados e de quem prestava esses serviços”. (ALUNO E); “Não sei se em Araguaína tem”. (ALUNO F).

Fazendo uma análise das respostas do questionário, percebemos que os discentes na sua grande maioria tem um entendimento sobre o apoio pedagógico não como uma função específica feita por quem desenvolve atividades próprias do acompanhamento pedagógico, mas como a Assistência Estudantil, pois no que se refere a pergunta de cunho aberto a palavra que mais se fez presente foi auxílio, onde raramente foi mencionado orientação ou acompanhamento pedagógico. Em um dos relatos o estudante participante da pesquisa menciona o atendimento psicológico, e percebe-se que outros participantes também vinculam o atendimento psicológico ao setor de apoio pedagógico. Aqui se percebe ainda mais a necessidade de delimitar de cada profissional tem sua função coerente com cada formação da equipe multidisciplinar que compõe a Assistência Estudantil. Necessita-se colocar como pauta o esclarecimento de que o pedagogo faz o encaminhamento para o profissional em psicologia, porém não cabe ao setor de apoio pedagógico desenvolver esta função. Vale aqui ressaltar que no momento, no campus de Tocantinópolis o cargo de psicólogo não está ocupado, pois a profissional que estava atuando foi transferida para outro campus. Com alguns relatos percebemos a importância do acesso ao trabalho do pedagogo nos primeiros contatos do discente com o ambiente acadêmico, pois se torna necessário que o aluno passe a ter conhecimento de quais serviços são prestados e por quais servidores, como uma forma de conhecer o que eles podem ter acesso caso necessitem durante o percurso da sua graduação. Infelizmente alguns dos respondentes alegam não ter conhecimento do setor mencionado em seu campus.

De acordo com os dados do questionário aplicado, um total de 42,9% dos alunos concorda que os serviços prestados pelo apoio pedagógico são de conhecimento dos discentes. Diante desse dado nota-se que mais da metade dos discentes não possuem conhecimento de todos os serviços disponíveis dentro do setor. Percebe-se que somente uma parcela das informações chegam até os alunos, o que contradiz o dado alcançado na última afirmação, pois a maioria demonstra a vinculação da Assistência Estudantil somente às questões burocráticas. Como já foi afirmado ao longo deste trabalho, a função do pedagogo dentro do setor em questão é também de acolhimento e orientação. Os autores Nogueira *et al* (2020) reiteram que o pedagogo deve cumprir com a tarefa que vise a permanência e o sucesso dos acadêmicos, focando nas situações emergenciais individuais dos discentes, buscando prevenir possíveis dificuldades e problemas educacionais, desta forma busca se amenizar os índices de retenção e evasão, assim promovendo a ascensão social através do ensino Superior.

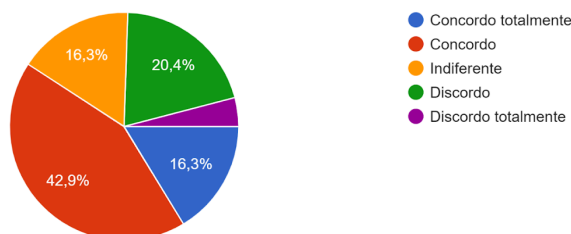
Entende-se a necessidade de se trabalhar com atendimento prioritário que corresponde ao manejo das documentações e que cabe à função do pedagogo auxiliar os discentes, porém não se pode deixar despercebido que o setor citado tem a incumbência de desenvolver atividades voltadas para o rendimento acadêmico dos alunos e a integração do mesmo no meio acadêmico com intuito de amenizar evasão e retenção desses discentes. No entanto, pondera-se a importância de que haja estrutura, políticas institucionais adequadas, bem como pessoal para dar o suporte a estes processos.

Ao longo deste trabalho foram citadas propostas desenvolvidas por outras universidades, tais como o PIAPE e o SAP, ambas possuem o intuito de amenizar as dificuldades dos alunos no que se refere principalmente às demandas de cunho pedagógico. Dessa forma, compreende-se que há uma carência de projetos que possam abarcar as dificuldades mais frequentes dos discentes, entende-se também que a universidade está em um processo de transição e que faltam profissionais para ocuparem o cargo. Outro aspecto que não pode ser deixado de lado, é a necessidade de contratação de mais profissionais que devem compor a equipe multidisciplinar presente no setor de Assistência Estudantil, para além da carência de profissionais pedagogos, visto que a demanda de serviço é bastante vasta.

Figura 7-Afirmação sobre a compreensão dos discentes sobre os serviços prestados pelo apoio pedagógico

Os serviços prestados pelo apoio pedagógicos são de conhecimento dos discentes.

49 respostas



Fonte: Questionário aplicado pela autora

Assim, consideramos o acompanhamento acadêmico imprescindível para bons resultados e presença dos estudantes nas IFES. O pedagogo atuante no setor da UFNT, Câmpus Tocantinópolis, destaca como foi seu processo de participação neste âmbito:

[...] as atribuições do pedagogo eu mesmo fui tendo a incumbência de identificar, de implementar, e talvez em outras instituições até sejam diferentes, pois como falei não existe uma padronização dessas atribuições. Aqui na Assistência Estudantil da UFT/UFNT, eu sempre fiz um trabalho voltado à orientação dos estudantes, inclusive o nome do cargo é pedagogo orientador educacional, eu sempre fiz um trabalho de orientação no sentido de esclarecer aos estudantes os critérios que eles devem cumprir/ manter para continuar recebendo os auxílios, porque existem critérios para o estudante ser contemplado com os auxílios, esses critérios são bem definidos e claros, mas existem também critérios para continuarem a receber, aí envolve questão de não reprovar em todas as disciplinas, e, não fazer trancamento que implique na redução da carga horária, e outros fatores. (Antônio Nilson, 2022).

O pedagogo entrevistado destaca que o mesmo sempre procurou orientar/conscientizar os discentes de seus deveres, para continuarem beneficiários dos auxílios, visto que há critérios pré-estabelecidos para o recebimento de qualquer um dos auxílios, o pedagogo ainda frisa que cada instituição tem a forma de identificar suas demandas. Além disso, o participante da pesquisa, Sr. Antônio Nilson, destaca:

Então enquanto pedagogo, eu sempre fiz um trabalho de conscientização, de chamar os estudantes para identificar se ele tava reprovando. O porquê ele tava reprovando, mostrar para ele a importância dele manter um bom desempenho. Então, e aí eu chamava os estudantes. Agora não estou mais fazendo isso, porque a função de diretor em si já consome, né a maior parte do meu tempo, né, e não há outro pedagogo, eu, assim, eu assumi o cargo de diretor, e não houve outro pedagogo para assumir a função, então eu faço as duas coisas, só que, é óbvio que o cargo de diretor acaba consumindo mais, mas quando eu tava atuando só no cargo de pedagogo, eu convocava os estudantes, eu até colocava, [...] nos murais da universidade uma convocação com os nomes deles, fulano de tal você está convocado para a data tal, na sala da diest, porque era situações preocupantes, que o estudantes estava correndo risco inclusive de jubilar, passar o prazo de formação, e aí eles até agradeciam, ah se eu soubesse disso desde o início, eu teria evitado chegar nessa situação. Um trabalho de conscientização/ orientação de mostrar a importância do estudante manter um bom desempenho, até para que ele possa receber o auxílio enquanto estiver estudando. (Antônio Nilson, 2022).

Fica evidente através desse relato que o papel do pedagogo vai para além de organizar documentações e fluxos de editais, mas gira em torno de uma função que identifica o problema e procura compreender os melhores caminhos a serem seguidos para contornar a sua situação, fica evidente o quão é necessário o pedagogo atuante dentro da Assistência Estudantil com o objetivo de diminuir a evasão e a retenção que poderiam vir a ocorrer como assim foi mencionado no relato acima. Atualmente a vaga de pedagogo atuante dentro do setor de apoio pedagógico não está preenchida visto que, o pedagogo que desenvolvia este trabalho se encontra como diretor de execução da Assistência Estudantil, sendo uma das diretorias da PROEST.

Nesse viés Nogueira et al (2020) aponta em seu texto que:

As ações que caracterizam o SAP definem uma atividade de orientação educacional, sistemática, de acolhimento e orientação do(a) estudante de graduação em seus procedimentos de estudos, contribuindo para a construção de aprendizagens autênticas, apoiando na conquista da autonomia diante dos processos de ensino e aprendizagem. Junto às outras ações institucionais, esse serviço auxilia o sujeito a reconhecer-se como pertencente à universidade, a perseverar perante os desafios de aprendizagens e, também, estimulá-lo no tocante ao fortalecimento do senso de responsabilidade para com os estudos, para que se motive e aprenda a aprender, a estudar e gerenciar os entraves característicos da vida acadêmica.

Os autores trazem as políticas institucionais no que se referem ao serviço de apoio pedagógico da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), ao citarem o Serviço de Apoio Pedagógico (SAP), estão se referindo a uma política de estratégia que busca o apoio a permanência e sucesso acadêmico, em que consiste auxiliar nos processos intelectuais e acadêmicos proporcionando a busca pela autonomia e sentimento de pertencimento.

Nogueira et al (2020) ainda destaca que o trabalho de apoio aos estudantes nos desafios que surgem na sua trajetória é caracterizado pela orientação e acolhimento de acordo com questões de ordem socioeconômica, psicológica, além de auxiliar no desenvolvimento de práticas de estudo, dando apoio dessa forma para a conquista e construção de sua autonomia nos processos de aprendizagem.

O que percebemos a partir desta fala e destes apontamentos é que este processo de acompanhamento e orientação, é tão importante quanto a obtenção do próprio auxílio financeiro, tais como, auxílio moradia, auxílio apoio pedagógico, auxílio alimentação... Isto porque ao desenvolver um trabalho de convocação com esses alunos, o pedagogo se reitera do que possa estar ocasionando este impasse: seja ele acadêmico ou pessoal, de forma que os discentes tenham conhecimento daquilo que pode ser feito para reverter a situação seja ela de reprovação ou desistência.

Compreender a esfera em que o aluno está inserido é um passo extremamente importante e necessário, pois, a inserção no meio acadêmico envolve inúmeras nuances que podem acarretar a não conclusão do seu curso de graduação, tais como dificuldades de se apropriar da linguagem, adaptação ao novo ambiente, socialização em público, conciliar vida doméstica com rotina e ritmo acadêmico, entre muitas outras. Os alunos como principais protagonistas de suas histórias, nem sempre se encontram em suas melhores fases, sejam elas financeiras ou até mesmo psicológicas. O processo de formação independe do curso de formação requer empenho e muita dedicação, porém é necessário conhecimento que muitas vezes passam despercebidos ou às vezes nem vistos durante nossa vida escolar, levando em conta que a maioria dos alunos que frequentam a UFNT são advindos de escolas públicas, onde o ensino por muitas vezes é limitado.

Ingressar no mundo acadêmico e percorrer uma boa trajetória nem sempre é tão fácil, principalmente pelos inúmeros problemas que surgem durante esse percurso. Acerca deste assunto Nogueira et al (p. 121, 2020) aborda que na UFOB:

a metodologia do Apoio Pedagógico é definida por ações comprometidas com a conquista da autonomia dos(as) estudantes para a organização e desenvolvimento de suas práticas de estudos, tendo em vista a elaboração de aprendizagens autênticas, contínuas, planejadas e significativas, haja vista que o estudante universitário não deve estudar apenas em vésperas de provas e seminários. Para tais ações, mediante atendimentos individuais, promove-se a reflexão acerca da relação pedagógica do estudante com sua aprendizagem, buscando levantar informações sobre sua relação como saber e com o processo de aprendizagem.

Com base na análise realizada por meio de leitura das resoluções disponibilizadas, entrevista cedida, e os autores aqui citados constatam a limitação que é posta ao atendimento do Apoio Pedagógico, uma vez que se deve considerar não somente os alunos que são contemplados com auxílios, mas que muitos outros necessitam deste acompanhamento e desta orientação pedagógica. Alguns alunos estão totalmente sobrecarregados, especialmente aqueles que são trabalhadores, que, na sua maioria, querem abrir mão de seus cursos, o que ocasiona repetência, ausência nas aulas e posteriormente a evasão do curso.

No ano de 2018 a FONAPRACE divulgou sua mais recente pesquisa acerca do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES, onde se torna necessário trazer alguns apontamentos importantes para esta pesquisa. Dos discentes que trabalham e que responderam o questionário, 54,3% pensaram em abandonar o curso, dentre as razões para tal, 23,6% alegam dificuldades financeiras e 25,1% a carga elevada de trabalhos acadêmicos, sendo que mais da metade dos entrevistado pontuam ter dificuldades em conciliar estudo e trabalho. No que refere a renda mensal familiar per capita de até 1 salário e meio, foi alcançado um patamar jamais visto de 70,2% de discentes ocupando este perfil. Ao analisar estes dados, em

comparação com dados de pesquisas anteriores, percebemos alguns saltos no que se referem aos anos de 1996 que este percentual era 44,3% e o ano de 2014 onde se tinha alcançado uma porcentagem de 66,2%, logo o ano de 2018 está sendo considerado o maior patamar já alcançado desde a primeira pesquisa.

Outro ponto que vale o destaque, é que no ano de 1996 o público feminino representava cerca de 51,4% dos estudantes das IFES, já no ano de 2018 passa a representar 54,6%: o que se percebe é que tivemos um aumento dessa porcentagem de estudantes. No que diz respeito à cor, raça e etnia, nota-se um crescimento da participação pretos e pardos e uma diminuição de pessoas que se autodeclaram brancas, onde o percentual era de 59,4% e passou para 43,3% em 2018. O público preponderante nesta pesquisa foi o feminino contabilizando 54,6%; já os que se auto declararam do sexo masculino representavam 45,1%. Dos entrevistados 11,4% têm filhos, destes 65,5% pontuam depender dos cuidados de familiares para poder estudar. (FONAPRACE, 2018)

Santana et al (2015) enfatiza que o apoio pedagógico aos discentes no ensino superior se dá de forma particular em cada instituição, onde irá ser desenvolvido planos de metas e elaborados programas de acordo com o público alvo, ressaltando que esse programa é voltado para os estudantes que possuem dificuldades em relação ao meio acadêmico. O que vai de encontro com a fala do pedagogo entrevistado que afirma que :

[...] não existem demandas pré-definidas pela universidade, inclusive eu cheguei na universidade como pedagogo antes de existir o setor de assistência estudantil né, eu cheguei na universidade em 2013, e a assistência estudantil só foi implantada como setor em 2016, inclusive se fazia até então outras funções antes disso né, e aí as atribuições do pedagogo eu mesmo fui tendo a incumbência de identificar, de implementar, e talvez em outras instituições até sejam diferentes, pois como falei não existe uma padronização dessas atribuições[...]

No que se refere à função do pedagogo na Assistência Estudantil não é delimitada, ficando à disposição de cada instituição ou profissional atuante estabelecer o que será desenvolvido, como já foi mencionado anteriormente. Nesse sentido, o pedagogo entrevistado comenta que:

[...] o pessoal da Proest até elogiava pelo trabalho que eu fazia como pedagogo, porque nos outros campos não faziam isso, ah então, realmente parece que cada pedagogo parece que tenta identificar o que ele precisa fazer, porque a universidade não se atentou a isso né, a estabelecer as atribuições realmente privativas do ciclo da assistência estudantil, a gente acaba fazendo todo um trabalho da assistência estudantil de orientação, porém o psicólogo tem uma função privativa dele, o assistente social tem uma função privativa dele e o pedagogo também implementa uma que é privativa que é essa parte de orientação enquanto o desempenho, né. (Antônio Nilson, 2022)

Nesta inferência o pedagogo evidencia que cada profissional tem sua função privativa dentro do Assistência Estudantil, ficando a cargo do pedagogo orientar principalmente os

alunos enquanto desempenho acadêmico. Entretanto, pondera-se nesta pesquisa, que as IFES podem estabelecer critérios da atuação em suas políticas institucionais.

No decorrer da entrevista o pedagogo foi indagado sobre quais as dificuldades que eram relatadas pelos alunos que procuravam o setor.

Na verdade, não era nem eles que procuravam era eu que convocava. Porque a gente identificava que eles estavam tendo rendimento insatisfatório. Olha, é muito relativo. São vários, né? Alguns diziam que estavam com dificuldades do filho ir pra escola, porque aí, enfrentando a questão que vocês falaram agora, eles tinham filhos pequenos, tinha que deixar na escola, quando não dava para deixar na escola, não tinha com quem deixar, tinha que olhar. Às vezes faltava porque as reprovações são tanto por nota insuficiente ou por falta porque falta demais as aulas e reprova também. Então alguns diziam que tinham dificuldade de transportes, moravam longe, uns moram em zona rural. São vários os fatores que implicam num rendimento insatisfatório, e alguns relataram também isso que nós falamos agora há pouco, problemas psicológicos. E aí é quando a gente fazia esses atendimentos, que eu fazia também era uma forma de identificar quem estava precisando de atendimento psicológico e eu encaminhava para a psicóloga e acabava sendo um trabalho de identificação dessas necessidades. E assim vários outros fatores. (Antônio Nilson, 2022).

Neste trecho o entrevistado pontua como se dava o processo de convocação dos alunos com rendimento insatisfatório, pontuando as principais alegações dos alunos ao serem questionados, o pedagogo ainda ressalta que era feito um trabalho de identificação para constatar quais alunos tinham a necessidade de serem encaminhados para um atendimento psicológico. O pedagogo aponta algumas dificuldades de cunho pedagógico apontado pelos discentes que eram convocados:

Alguns relatavam também dificuldade até de entendimento dos conteúdos, textos complexos, professores inflexíveis, né? E são vários os relatos que eles usavam pra justificar o baixo rendimento. Não dava pra a gente interferir em todos, mas os casos já de necessidade de atendimento psicológico, de encaminhar quando era relacionado, porque assim o auxílio é pra suprir parte dessas dificuldades, sobretudo no que envolve dificuldade de transporte e é pra você ter condição de pagar um transporte. Dificuldade de ter alguém que fique com a criança. Você pode então usar parte do auxílio pra pagar alguém. Assim, a gente mostrava o que eles poderiam fazer baseado no que a universidade faz em relação à concessão dos auxílios. Alguns casos melhoravam, outros não, né? Mas a gente tentava, tenta, dessa forma. (Antonio Nilson, 2018)

Nesta inferência, o pedagogo ressalta como o auxílio pode suprir partes das necessidades citadas pelos discentes. Nesse viés Costa e Dias et al (2015, p.52 apud SANTOS, 2020) apontam que, “entre as dificuldades desses alunos estão à necessidade de se conciliar trabalho e estudo, a adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade. ” Mediante essa realidade se percebe a necessidade de se reorganizar com intuito de conciliar os impasses citados, principalmente o trabalho e estudo, levando em conta o novo sistema de ensino e o cenário financeiro de cada indivíduo. Muitas vezes, o indivíduo não pode abrir mão de

nenhuma das opções, visto que, para se ter um emprego melhor é necessário ir em busca de aprimorar o conhecimento, porém para ir em busca deste conhecimento é necessário manter-se com condições básicas, que só é possível através de um emprego. Observamos que as dificuldades dos alunos na sua grande maioria independentes da localidade se assemelham. O que se difere e a forma de cada instituição aborda essas problemáticas que vão surgindo.

Temos o exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que de acordo com o site oficial da universidade,² há o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE), desenvolvido e aprovado desde 2013 pela CAAP/PROGRAD que visa oferecer apoio e orientação pedagógica aos discentes da graduação com objetivo de atender as necessidades de aprendizagem, consonância com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). São desenvolvidas atividades e estratégias educativas que possuam foco em qualificar os processos de aprendizagem dos discentes, tendo como intenção apoiá-los no acompanhamento de conteúdos disciplinares, são ofertados em turmas semestrais de curta duração e oficinas, essas atividades conta com professores e tutores com formação nos campos disciplinares em questão.

Em que pese as especificidades de cada IFES, este programa acima referenciado, pode ser visto pelas demais IFES como um caminho a ser investido pelas demais, visto que, o mesmo desenvolve atividades voltadas totalmente para os discentes de modo geral, não se limitando somente aos alunos que se encaixem no perfil socioeconômico de vulnerabilidade. O programa é visto como estratégia educativa, visando acarretar desta forma a diminuição no que refere-se aos números de evasão e retenção dentro dos cursos de graduação, logo elevando a taxa de sucesso nos cursos de graduação. Através deste programa os alunos podem sentir-se amparados nas suas principais dificuldades relatadas em não somente esta universidade em específico, mas em todas as IFES que estão em pleno funcionamento, como é visto pelos dados da última pesquisa da FONAPRACE. Ainda de acordo com o site oficial da UFSC no ano de 2023 serão destinada 20% das vagas à Política de Ações Afirmativas que englobam negros, pessoas com vulnerabilidade social, indígenas e pessoas com deficiência, visto que é um programa que atende a qualquer discente que esteja matriculado na instituição de ensino.

Uma das perguntas direcionadas ao pedagogo foi se havia algum encaminhamento específico para os alunos que apresentavam um coeficiente baixo. O profissional respondeu que:

² <http://piape.prograd.ufsc.br/pagina-exemplo/>

(...) em relação ao coeficiente baixo, é aquilo que eu falei que eu fiz no tempo. A gente. Inclusive era a própria PROEST, fazia isso. A PROEST enquanto UFT é assim, já é mais estruturada. As Pró-Reitorias ainda estão se estruturando, com servidores se dividindo entre atender o campus e a gestão. Então, enquanto UFT a PROEST enviava para mim. A PROEST começou a perceber que eu estava fazendo esse trabalho e era uma parceria, então a PROEST enviava para mim a relação dos estudantes que estavam com desempenho fraco, coeficiente baixo. Aí o que eu fazia? Eu conferia no histórico de cada um, quais e em quais disciplinas eles estavam reprovando, quantas disciplinas faltava fazer, o tempo que restava para ele fazer essas disciplinas. E aí eu comecei a conversar com eles. Eu convocava, inclusive com o argumento de que o não comparecimento ocasionaria a perda dos auxílios. Então eles viriam na hora. Então a gente trabalhava dessa forma de mostrar que eles estão com desempenho aquém daquilo que um estudante que recebe o auxílio deve apresentar, porque o auxílio tem essa finalidade, de proporcionar que o estudante permaneça na universidade e forme no tempo certo. Se ele estiver reprovando, estiver com desempenho insatisfatório, vai chegar o tempo que ele formar e não vai formar. Não vai dar esse retorno que a universidade precisa, que a sociedade precisa. O que justifica a concessão de auxílios. Então a gente faz nesse sentido, mostrando que eles precisam dar o retorno, inclusive para receber o auxílio dentro do que é estabelecido. (Antônio Nilson, 2020)

Na inferência acima percebemos como se dava o processo de acompanhamento dos alunos que não estavam com as médias satisfatórias, e como se dava a orientação para esses estudantes, compreenderem as perdas possíveis pelo não cumprimento daquilo que é posto dentro dos editais de cada auxílio. Sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor de apoio pedagógico, fica evidente a necessidade de que o compromisso em buscar “mapear” as dificuldades e as motivações sobre baixos rendimentos, ou ausência, se tornam fundamentais no processo de combate à evasão e retenção. Acerca dos desafios o pedagogo comenta:

Olha, eu no momento que eu estava fazendo esse trabalho, eu senti uma morosidade por parte de alguns coordenadores para resolver algumas coisas, dar algumas informações e também pouca gente né? Porque na assistência estudantil a gente tem que acolher o estudante que chega o tempo todo, que busca atendimento. Nós temos que acolher primeiro para orientá-lo a ter acesso aos auxílios. Então não dá para fazer só esse acompanhamento, só essa orientação a eles. A gente tem que dividir o tempo entre acolhê-lo para mostrar como ter acesso ao atendimento e também acompanhar se ele está tendo um rendimento satisfatório. Às vezes eu enviava uns e-mails para alguns coordenadores que precisavam de resposta imediata, até pra conversar com estudante, [...]. (Antônio Nilson, 2022)

Mediante essa colocação devemos considerar a importância do profissional pedagogo para o desenvolvimento da equipe multidisciplinar necessária ao campo da Assistência Estudantil no Ensino Superior. No caso da UFNT, uma Universidade Supernova, a Assistência Estudantil se torna fundamental para a permanência dos estudantes na UFNT de Tocantinópolis, porém como fica evidente no trecho citado acima ainda há um caminho a percorrer no que diz respeito à socialização da relevância do acompanhamento pedagógico que compõe o setor.

Sobre algumas questões que contribuíram para uma maior aproximação com os estudantes, com o intuito de realizar o acompanhamento dos estudantes, o pedagogo apresenta:

Eu precisava, por exemplo, saber quem são os monitores daquele curso, em quais disciplinas, porque às vezes o estudante apresenta dificuldade numa disciplina específica. Então, como é que eu vou saber se aquela disciplina tem um monitor pra eu encaminhar? Aí eu perguntava e aí não respondiam, e aí não tinha nem como ajudar tanta gente. Então, uma dificuldade era essa ter um feedback imediato [...]. É pouca gente com esse trabalho, [...] Porque o ideal eu entendo que o ideal tem que ser no mínimo dois pedagogos, né? No mínimo. Porque são muitos estudantes, são muitos cursos, são muitas disciplinas. E aí a gente acaba fazendo um trabalho que ele fica mais como uma amostra, ele não contempla todos.

Como qualquer outra profissão há sempre desafios a serem enfrentados, percebemos no trecho acima, que há ausência de outros profissionais que possam auxiliar nesse atendimento, outro ponto destacado é a necessidade de haver parceria entre as demais áreas da universidade. Cumpre destacar que os Programa Institucional de Monitoria (PIM) e Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) que estavam previstas na resolução de nº 26/2017 não estão mais em vigor, onde foram substituídas pelo Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) que está embasado pela Normativa Nº 9/2021/Prograd, o programa tem como intuito alguns pontos sendo eles: selecionar, monitorar e avaliar Projetos de Inovação Pedagógica que apresentem proposta inovadoras e que compartilhem de transformações no processo de ensino e aprendizagem, através de tecnologias e ferramentas educacionais de acordo com o edital nº 640/2023.

No que se refere aos desafios enquanto esse recente setor Toty e Polydoro (2020) abordam que no que se refere aos serviços de apoio ao estudantes a avaliação desse serviço é algo superficial não seguindo um critério específico, na sua grande maioria as universidades oferecem esse atendimento e acompanhamento porém não há mecanismo de avaliação da eficácia dessas ações desenvolvidas.

Ao ser questionado da possibilidade de haver a contemplação do auxílio creche se houvesse uma demanda ou houvesse uma possibilidade de reorganização em termos institucionais, o mesmo respondeu que:

Como eu falei são 10 áreas mencionadas no PNAES, mas como não vem recurso suficientes para contemplar todas elas, aí a universidade trabalha com prioridades, e historicamente alimentação e moradia sempre foram prioridades na universidade, o restaurante universitário por exemplo consome boa parte do recurso né, e o auxílio alimentação, porque assim, na cidade que tem o restaurante universitário o estudante usa RU, onde não há, que é o caso de Tocantinópolis, recebe o valor em conta, então o RU e o valor pago em conta já consome uma boa fatia do recurso anual do PNAES, e ai se fosse para ofertar outros auxílios como o creche por exemplo, iria ter que diminuir desses que são ofertados do alimentação ou moradia, então a universidade entende que é melhor contemplar um número expressivo de estudantes com auxílio alimentação sendo no RU ou recebendo em conta, do que deixar alguns

desassistidos e ofertar o auxílio creche, só que isso é questão de discussão e demanda, nada melhor que se implantar o auxílio do que havendo demanda visível, expressa, comprovada [...]. (Antônio Nilson, 2022).

Através da inferência acima, podemos notar que devido a limitação de recursos disponíveis para as instituições, fica muitas das vezes inviável a oferta de outros auxílios, mesmo que estejam fazendo partes das 10 áreas contempladas pelo PNAES. Boa parte deste impasse é oriundo do cenário político vivenciado no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), onde a educação foi o principal alvo de corte de recursos. De acordo com o site Uol³, nas últimas duas décadas o governo do ex-presidente se tornou o governo que mais cortou verbas da educação e ciência. Já não bastava o baixo investimento, o governo foi o que mais fez cortes no orçamento do Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), de acordo com a reportagem dentre os últimos quatro anos o corte de verbas no MEC foi 20% e o no MCT chegou a 44% das verbas.

No que se refere às Políticas de Ações Afirmativas de acordo com a autora Heringer (2020) o ex Presidente no ano de 2018 posicionou contra as cotas raciais alegando que tudo não se passava de uma vitimização, e o que mesmo defendia a cota social e não racial. Em um momento de sua campanha ele afirmou que "Isso não pode continuar a existir, é tudo vitimização. Pobre negro, pobre mulher, pobre gay, pobre nordestino. Tudo é vitimização no Brasil. Nós vamos acabar com isso" (HERINGER, 2020, p. 61). Através desse posicionamento percebe-se como o processo de democratização está sendo desconsiderado, visto que, esta política possibilitou a inserção de um público no Ensino Superior que antes não se fazia presente.

Compreender como se desdobra a atuação pedagógica é essencial, visto que o trabalho desenvolvido por ele possui grande impacto na vida acadêmica dos discentes. Na sua trajetória, os estudantes enfrentam questões que não se limitam às financeiras, pois passam por um processo novo de adequação a um novo ambiente, a um novo ritmo de estudo. Em outras palavras, se deparam com uma nova realidade visto que a maioria dos estudantes frequentaram escolas públicas e oriundos das camadas populares, muitas vezes enfrentam as questões de uma sociedade desigual. Considerando estas questões, o pedagogo terá o papel de orientar estes estudantes da melhor forma possível, junto aos demais setores da IFES, para alcançar êxito nos problemas encontrados.

3

<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2022/12/15138129-governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia.html>

Não podemos deixar de frisar que apesar de não ser o único empecilho a questão financeira contribui para o aumento da evasão e retenção, infelizmente nos últimos 4 anos os alunos lidaram com a emoção constante de aflição e medo pelo contingenciamento das verbas do MEC o que ocasionaria na limitação do recebimento dos seus auxílios pois muitos necessitavam dessa política de assistência para se manter na universidade. Diante dessa realidade compreende-se que a assistência e o setor de apoio pedagógico são imprescindíveis para o aumento do sucesso acadêmico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de hoje ainda vivermos em um país com profundas marcas de desigualdade, percebemos que as políticas de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas foram cruciais para a inserção da camada popular nas universidades federais públicas. Apesar de os primeiros atos de Assistência Estudantil voltarem-se para um público elitizado, seu avanço e redirecionamento foi essencial para percorrer caminhos em busca de melhorias para quem de fato necessitava ser assistido pelas políticas constituídas. A garantia do acesso e permanência ao Ensino Superior devem estar constantemente ligadas, uma vez que somente proporcionar o acesso não levará a diplomação, pois, muitas vezes se torna inviável a continuidade da permanência qualificada na universidade por diversas nuances, sejam elas de cunho pedagógico, psicológico ou econômico.

Visto isso, considera-se o PNAES como um marco extremamente importante para as IFES, pois através do Programa é possível garantir auxílio financeiro, assistência pedagógica, e psicológica. Isto, através das 10 áreas que são disponibilizadas: moradia, alimentação, atenção à saúde, transporte, cultura, auxílio creche, esporte, inclusão digital, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Porém, deve ser ressaltar que apesar de o PNAES contemplar 10 áreas, nem todas as universidades possuem programas ativos em todas as áreas, visto que, as verbas a cada ano que passa diminuem e os cortes afetam profundamente o progresso que poderia ser feito dentro das universidades. Dessa forma as universidades optam por trabalhar com prioridades optando por alimentação, moradia e apoio pedagógico. Devemos compreender que ainda há muito o que mudar para que se proporcione um ensino com equidade.

No que diz respeito a compreensão dos discentes sobre o setor de Apoio pedagógico na UFNT nota-se que há uma discrepância, visto que alguns vinculam este setor somente a

auxílio em documentação, deixando despercebidas as demais funcionalidades que são desenvolvidas pelo pedagogo.

O estudo demonstra que a atuação pedagógica é importante para o mapeamento e acompanhamento de estudantes que apresentam dificuldades no andamento dos seus estudos, como baixa frequência e rendimento, bem como para a identificação das demandas das políticas de permanência. Alguns limites são identificados, tais como: a ausência da descrição das atividades específicas dos servidores pedagogos atuantes no Setor; ausência de pessoal na área (sendo apenas um profissional pedagogo em cada campus); necessidade da construção de uma política institucional mais consolidada, para além das orientações de execução advindas do PNAES, por exemplo.

Considera-se a importância do profissional pedagogo para o desenvolvimento da equipe multidisciplinar necessária ao campo da Assistência Estudantil no Ensino Superior. No caso da UFNT, uma Universidade Supernova, a Assistência Estudantil vem sendo fundamental para a permanência dos estudantes na IFES no Norte do Tocantins, mas há um caminho a percorrer no que diz respeito à socialização da relevância do acompanhamento pedagógico que compõe o setor.

Por outro lado, considera-se a necessidade do protagonismo e participação efetiva dos estudantes, por exemplo, na indicação das demandas necessárias para que se possa garantir uma presença de qualidade na Instituição. A Assistência não é capaz de suprir demandas mais profundas no que diz respeito ao cenário desigual do contexto brasileiro, contudo, a Universidade é o espaço de posicionamento e participação crítica, ativa, assim como de compromisso com a formação e com a sociedade em que se insere.

A realidade vivenciada ainda está longe de ser o ideal, mas os avanços ocorrem na medida do levantamento das necessidades da comunidade, cabe uma análise permanente destes avanços, não apenas por parte do trabalho pedagógico do setor de Assistência Estudantil, mas de toda comunidade universitária. No decorrer deste trabalho foi mencionado que alguns programas já não estão em vigência. A revisão das necessidades e demandas, implica em um planejamento de médio a longo prazo, com menor fragmentação e com maior sustentabilidade.

O principal objetivo da universidade é produzir conhecimento de acordo com as demandas sociais no horizonte do bem comum, e sobretudo com vistas aos grupos que historicamente estiveram apartados dessa produção, mas isto só é alcançado com dedicação e criação de espaços para participação.

Não podemos deixar de frisar que a universidade também deve cumprir o seu papel de uma divulgação mais ampla de forma em que os alunos se apropriem daquilo que a universidade proporciona, dessa forma, promovendo uma maior interação entre os discentes e o meio acadêmico. A universidade tem o desafio de formar sujeitos críticos, autônomos e protagonistas em meio a uma sociedade de desigualdades e opressões. Por isso é preciso uma formação constante com todos os sujeitos que formam este espaço que é a universidade: gestão, docentes, técnicos administrativos, discentes e comunidade.

Neste sentido, destacamos a importância do trabalho pedagógico na Assistência Estudantil de forma articulada a um projeto de universidade que esteja atenta ao perfil estudantil neste âmbito. É importante que haja uma organicidade no trabalho pedagógico a favor da permanência estudantil com qualidade no desempenho e formação inicial. Compreendemos que é necessário o incentivo aos espaços de protagonismo estudantil, oferta de espaços inclusivos, ações de impacto social - aproximando a comunidade da universidade e instigando a qualificação da produção acadêmica na comunidade local e região. Apostamos que o trabalho pedagógico se fortalece na medida em que a instituição universitária, por meio da perspectiva da gestão democrática, mobilize as ações de ensino, pesquisa e extensão com vistas à qualificação para além, mas igualmente reconhecendo o papel da Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS

Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 17 out. 2017. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/v7Aeb94vRguMukIzy0v3Ow/content/26-2017%20-%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Acad%C3%AAmica%20da%20UFT.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Ana Maria Marco Antônio Pereira. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, p. 512-528, 2017. DOI : <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília, 18 Set, 1946. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm > Acesso em: 20 de Setembro 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília, 5 Out, 1988. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 de Setembro 2022.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, De 19 De Julho De 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Diário Oficial da União, 20 ago. 2010. Disponível : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207234&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20%2D%20PNAES. > Acesso em : 14 de Setembro 2022

CARVALHO, M. L. O; PIROTTA, K. C. M.; SCHOR, N. Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 23-31, fev. 2001.

COSTA, S, G. **A equidade no Ensino Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 203. 2010. Disponível em:<<https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/984.pdf> >

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias; SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. In: CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS et al. **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. cap. 1, p. 27-60. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62048> . Acesso em: 9 nov. 2022.

FONAPRACE/ANDIFES. **I Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das 282 Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 1997.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2004.

FONAPRACE/ANDIFES. **III Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2011.

FONAPRACE/ANDIFES. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 10 out. 2016.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Método: qualitativo ou quantitativo ?. In: GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Ânima educação, 2014. p. 8-14.

HERINGER, Rosana. Políticas de ação afirmativa e os desafios da permanência no ensino superior. In: CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS et al. **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. cap. 2, p. 61-78. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/6204> . Acesso em: 12 out. 2022.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível: < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/abstract/?lang=pt> > Acesso em 27 de set. 2022

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2017, n. 129. pp. 285-303. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>> . Acesso em: 08 jun. 2022.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)Caminhos Da Política De Assistência Estudantil E O Desafio Na Garantia De Direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 180. 2012.

MACEDO, J. C.; ABRANCHES, A. de F. P. de S. Política educacional no ensino superior: reflexões sobre a contribuição da assistência estudantil da UFRPE. **Revista Brasileira de**

Política e Administração da Educação, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 916, 2019. Disponível: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/94078>> Acesso em 06 de jun. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira Deslandes; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

NOGUEIRA, Ari Fernandes Santos. Serviço de apoio pedagógico como política institucional para a permanência e o sucesso de estudantes de graduação (Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB). *In*: CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS. **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. cap. 4, p. 105-128. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62048>. Acesso em: 5 dez. 2022.

Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes – PIAPE. **Universidade Federal de Santa Catarina**, 2023. Disponível em: <<http://piape.prograd.ufsc.br/pagina-exemplo/>> Acesso em: 10 de Janeiro de 2023

SANTANA, A. P. de O.; DONIDA, L. O.; MONTEIRO, A. L. L. da C. P.; SILVA, S. M. Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 673–690, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i5.7919. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7919>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SANTOS, Alexsandra Ramos dos. O apoio pedagógico aos estudantes bolsistas da assistência estudantil (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE). *In*: CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS. **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. cap. 9, p. 219-244. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62048>. Acesso em: 5 set. 2022.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 260-280, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 274 p. v. 1

SILVA, EDIVAN CLAUDINO SOARES DA. **O PAPEL DO PEDAGOGO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**. *In*: IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL)- Maceió, 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/ixepeal/trabalho/125836>>. Acesso em: 10 Out. 2022

SILVA, Edivan. **O papel do pedagogo na assistência estudantil**. Alagoas, p.1-6 Novembro 2019. Disponível: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-a5f918a9faee935c44a6c661c758c9229bf993d4-segundo_arquivo.pdf> Acesso em 06/06/2021

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 p.

Dissertação (Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Pelotas, 2012. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/dissertacoes-e-teses/miriam-silveira_a-assistencia-estudantil-no-ensino-superior-uma-a-nalise-sobre-as-politicas-de-permanencia-das-universidades-federais-brasileiras/. Acesso em: 7 nov. 2022.

SOUSA, Amanda de Aquino. **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB**. 2021. 108 f. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba., João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22533/1/AmandaDeAquinoSousa_Disse rt.pdf . Acesso em: 16 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Instrução Normativa N° 9/2021/Prograd**. Estabelece orientações sobre o novo fluxo de funcionamento da monitoria voluntária nos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins. Pró-Reitoria de Graduação, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/bq0QFjEcRBOZ_L2bRgG-9og/content/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2009_2021_%20Prograd-Fluxo_Monitoria_voluntaria.pdf > Acesso em: 28 de Dezembro 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução n° 26, de 17 de Outubro de 2017** . Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução n° 37, de 06 de Dezembro de 2017** . Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 17 out. 2017. Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/VhtAQNUOSPu_ZW1ytPEPZ-w/content/37-2017%20-%20Regimento%20Geral%20das%20Casas%20de%20Estudante%20da%20UFT%20\(Alterada%20pela%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consumi%20n%C2%BA%2046-2021\).pdf](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/VhtAQNUOSPu_ZW1ytPEPZ-w/content/37-2017%20-%20Regimento%20Geral%20das%20Casas%20de%20Estudante%20da%20UFT%20(Alterada%20pela%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consumi%20n%C2%BA%2046-2021).pdf) . Acesso em: 24 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução n° 46, de 22 de Setembro de 2021** . Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 17 out. 2017. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/SQUmulWXRJS_S3FdynlZOHw/content/47-2021%20-%20Altera%C3%A7%C3%A3o%20da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consumi%20n%C2%BA%2026-2017%20-%20Pol%C3%ADtica%20Assist%C3%Aancia%20Est.%20e%20Form.%20Acad.%20UFT%20-%20Consumi-UFT.pdf . Acesso em: 24 ago. 2022.

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos discentes primeira versão

A compreensão dos estudantes em relação ao apoio pedagógico da assistência estudantil do campus de Tocantinópolis.

1- Qual sua idade?

Resposta aberta

2- Marque abaixo qual curso você está graduando.

- Ciências Sociais

- Pedagogia

- Educação do Campo

- Educação Física

3- Qual período está cursando atualmente?

Resposta aberta

4- Você possui filhos? Em caso afirmativo, quantos?

Resposta aberta

5- Você recebe algum tipo de bolsa/auxílio?

- Sim

- Não

6- Em caso afirmativo, marque abaixo quais você recebe.

- Alimentação

- Moradia

- Apoio pedagógico
- Saúdes Mental
- Bolsa Permanência
- PIBID
- Não recebo nenhuma

7- O apoio pedagógico é um setor exclusivo para auxiliar na documentação para obtenção auxílios/bolsas estudantis.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

8- O apoio pedagógico é um setor que trabalha com divulgações de editais e notícias sobre acontecimentos da universidade.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

9- O apoio pedagógico é um canal facilitador onde ocorrerá acompanhamento acadêmico/pedagógico por meio de análise do histórico escolar analítico, tendo foco para orientações aos estudantes quanto à necessidade de melhorar seu desempenho e apresentar rendimento satisfatório.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

10- O atendimento do apoio pedagógico é restrito ao público bolsista.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

11- Você já precisou de atendimento do setor de apoio pedagógico?

- Sim
- Não

12- Em caso afirmativo, como foi esse atendimento?

Resposta aberta

13- É de competência do apoio pedagógico auxiliar nas dificuldades de adaptação do discente no ensino superior, assim como também nas dificuldades de adaptação as exigências relacionadas a autonomia universitária.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

14- É de encargo do apoio pedagógico prestar serviços de suporte psicológicos e auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

15- A principal função do apoio pedagógico é democratizar/ampliar as condições de permanência acadêmica.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

16- Não é função do apoio pedagógico auxiliar o discente manusear o CUBO (Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios).

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

18- O apoio pedagógico contribui com situações de estudantes que estejam com dificuldades no decorrer da graduação.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

19- Os serviços prestados pelo apoio pedagógicos são de conhecimento dos discentes.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

APÊNDICE B - Questionário aplicado aos discentes segunda versão

**A compreensão dos estudantes em relação ao apoio pedagógico da assistência estudantil
- Araguaína e Tocantinópolis (UFNT).**

1- Contato telefônico (incluir DDD)

2- E- mail

3- Nome Completo

4- Estuda em qual Campus da Universidade Federal do Norte do Tocantins?

- Araguaína
- Tocantinópolis

5- Qual idade?

- Entre 18 a 22 anos
- 23 a 27 anos
- 28 a 32 anos
- 33 a 37 anos
- 34 a 38 anos
- 39 a 43 anos
- 44 a 48 anos
- Mais de 49 anos

6- Marque abaixo qual curso você está graduando.

- Ciências Sociais
- Pedagogia
- Educação do Campo
- Direito
- Educação Física
- Biologia (Licenciatura)
- CST em Gestão de Cooperativas (Tecnológico)
- CST em Gestão de Turismo (Tecnológico)
- Zootecnia (Bacharelado)
- Física (Licenciatura)
- Geografia (Licenciatura)
- História (Licenciatura)
- Letras (Licenciatura)
- Matemática (Licenciatura)
- Medicina (Bacharelado)
- Medicina Veterinária (Bacharelado)
- Química (Licenciatura)
- Tecnologia em Logística (Tecnológico)

7- Qual período está cursando atualmente?

- 1°
- 2°
- 3°
- 4°
- 5°
- 6°
- 7°
- 8°
- 9°
- 10°
- 11°
- 12°
- Outro

8- Você possui filhos? Em caso afirmativo, quantos?

- 1-2
- 3-4
- Mais de 4
- Não tenho filhos

9- Você recebe algum tipo de bolsa/auxílio?

- Sim
- Não

10- Em caso afirmativo, marque abaixo quais você recebe.

- Alimentação
- Moradia
- Apoio pedagógico
- Saúdes Mental
- Bolsa Permanência
- PIBID
- Não recebo nenhuma

11- O apoio pedagógico é um setor exclusivo para auxiliar na documentação para obtenção auxílios/bolsas estudantis.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

12- O apoio pedagógico é um setor que trabalha com divulgações de editais e notícias sobre acontecimentos da universidade.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

13- O apoio pedagógico é um canal facilitador onde ocorrerá acompanhamento acadêmico/pedagógico por meio de análise do histórico escolar analítico, tendo foco para orientações aos estudantes quanto à necessidade de melhorar seu desempenho e apresentar rendimento satisfatório.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

14- O atendimento do apoio pedagógico é restrito ao público bolsista.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

15- Você já precisou de atendimento do setor de apoio pedagógico?

- Sim

- Não

16- Em caso afirmativo, como foi esse atendimento?

Resposta aberta

17- É de competência do apoio pedagógico auxiliar nas dificuldades de adaptação do discente no ensino superior, assim como também nas dificuldades de adaptação as exigências relacionadas a autonomia universitária.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

18- E de encargo do apoio pedagógico prestar serviços de suporte psicológicos e auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

19- A principal função do apoio pedagógico é democratizar/ampliar as condições de permanência acadêmica.

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente

- Discordo

- Discordo totalmente

20- Não é função do apoio pedagógico auxiliar o discente manusear o CUBO (Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios).

- Concordo totalmente

- Concordo

- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

21- O apoio pedagógico contribui com situações de estudantes que estejam com dificuldades no decorrer da graduação.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

22- Os serviços prestados pelo apoio pedagógicos são de conhecimento dos discentes.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

APÊNDICE C- Roteiro de perguntas ao pedagogo

- 1- Qual seu nome completo?**
- 2 -Você permite a gravação desta entrevista?**
- 3- Em qual cargo você está atualmente?**
- 4- Poderia relatar um pouco sobre as demandas vinculadas a sua função?**
- 5- Há quanto tempo você trabalha nesse setor?**
- 6- Quais políticas institucionais da UFNT são desenvolvidas para a formação e permanência dos estudantes?**
- 7- Saberá dizer se atualmente há uma atividade sendo desempenhada para os estudantes no que se refere ao atendimento psicológico?**
- 8- Saberá dizer se atualmente há uma atividade sendo desempenhada para os estudantes no que se refere às alunas que são mães?**
- 9- Há algum encaminhamento específico em relação aos alunos com coeficiente baixo?**
- 10- De modo geral quais dificuldades são relatadas pelos alunos atendidos por esse setor?**
- 11- Qual a forma de acolhimento para os estudantes que buscam o apoio pedagógico?**
- 12- Atualmente a assistência estudantil da UFNT desenvolve algum tipo de oficina, formação ou projeto de acompanhamento dos estudantes que possuem apoio pedagógico?**
- 13- O apoio pedagógico é restrito ao público atendido pela assistência estudantil, ou pode atender a todos os estudantes?**
- 14- Quais desafios enfrentados pelo apoio pedagógico?**